

tópicos a ela associados são debatidos pelos autores de modo original.

Os autores são gratos a John Thompson por seu estímulo e conselho, e gostariam de agradecer a Elliott Karstadt, assistente editorial, Neil de Cort, gerente de produção editorial, e Leigh Mueller, copidesque, pelo auxílio profissional; além disso, Carlo Bordoni gostaria de agradecer a Wendy Doherty pela ajuda cuidadosa na tradução de seu texto.

Crise do Estado

No século XXI, o que substituirá o Estado-nação (presumindo que ele seja substituído por algo) como modelo de governo popular? Nós não sabemos.

ERIC J. HOBBSBAWM¹

Uma definição de crise

CARLO BORDONI: *Crise.* Da palavra grega κρίσις, "juízo", "resultado de um juízo", "ponto crítico", "seleção", "decisão" (segundo Tucídides), mas também "contenda" ou "disputa" (segundo Platão), um padrão, do qual derivam *critério*, "base para julgar", mas também "habilidade de discernir", e *crítico*, "próprio para julgar", "crucial", "decisivo", bem como pertinente à arte de julgar.

Palavra que ocorre frequentemente nos jornais, na televisão, em conversas do dia a dia, que de tempos em tempos é usada para justificar dificuldades financeiras, aumento de preços, queda na demanda, falta de liquidez, imposição de novas taxas ou tudo isso junto.

Crise econômica é, segundo os dicionários, uma fase de recessão caracterizada por falta de investimentos, diminuição da produção, aumento do desemprego, um termo que tem significado geral de circunstâncias desfavoráveis com frequência ligadas à economia.

Qualquer acontecimento adverso, em especial os concernentes ao setor econômico, é "culpa da crise". Trata-se de uma atribuição de responsabilidade absolutamente despersonalizada, a qual liberta indivíduos de todo e qualquer envolvimento e faz alusão a uma entidade abstrata, o que soa vagamente sinistro. Isso

acontece porque algum tempo atrás a palavra “crise” perdeu seu significado original e assumiu uma conotação apenas econômica. Ela substituiu outras palavras que foram historicamente desvirtuadas, como “conjuntura”, usada com frequência nos anos 1960 e 1970, quando a situação econômica geral era mais otimista, abrindo caminho a temporadas nas quais o consumismo de massa reinou imperturbado.

Considerava-se que passar por um período “conjuntural” era uma transição dolorosa, mas necessária, em vista de alcançar uma nova fase de prosperidade. Era um momento de ajuste para preparar terreno, refinar estratégias e atacar novamente a fim de recuperar o vigor e a segurança, e negociar acordos assim que as coisas se estabilizassem.

Uma conjuntura era um período curto em comparação com todo o restante. O termo já implicava uma atitude positiva, confiante em relação ao futuro imediato, em contraste com outros termos comumente usados para designar dificuldades econômicas, no passado. Depois da queda de Wall Street em 1929, começou a Grande Depressão. Ainda hoje, se comparado a “conjuntura”, esse termo evoca cenários de catástrofe e sugere uma recessão grave e de longo prazo, combinando-se com uma profunda angústia existencial – algo de que é extremamente difícil se recuperar, marcado por implicações psicológicas inevitáveis.

A crise mais séria da modernidade, aquela de 1929, que causou o colapso da bolsa e provocou uma série de suicídios, foi habilmente resolvida mediante a aplicação das teorias de Keynes: apesar do déficit, o Estado investiu em obras públicas, empregando a força de trabalho numa época em que não havia nenhum emprego disponível e as empresas eram obrigadas a dispensar pessoas; planos foram estimulados e uma janela se abriu para a indústria, reimpulsionando o pêndulo da economia. Contudo, a crise atual é diferente. Os países afetados pela crise estão endividados demais e não têm vigor, talvez nem sequer os instrumentos, para investir. Tudo o que podem fazer são cortes aleatórios, os quais têm o efeito de exacerbar a recessão, em vez de mitigar seu impacto sobre os cidadãos.

Hoje, nós preferimos falar de “crise”, em vez de “conjuntura” ou “depressão”. Trata-se certamente de um termo mais neutro, que tem sido utilizado em muitos outros contextos, além do econômico, sendo portanto muito familiar. Das crises matrimoniais, que perturbam casais, a crises de adolescência, que marcam a transição da puberdade à vida adulta, a noção de “crise” transmite a imagem de um momento de transição de uma condição anterior para uma nova – de uma transição que se presta necessariamente ao crescimento, como prelúdio de uma melhoria para um status diferente, um passo adiante decisivo. Por isso o termo incita menos medo.

Como se pode ver, “crise”, em seu sentido próprio, expressa algo positivo, criativo e otimista, pois envolve mudança e pode ser um renascimento após uma ruptura. Indica separação, com certeza, mas também escolha, decisões e, por conseguinte, a oportunidade de expressar uma opinião. Num contexto mais amplo, a noção adquire sentido de maturação de uma nova experiência, a qual leva a um ponto de não retorno (tanto no âmbito pessoal quanto no histórico-social). Em resumo, a crise é o fator que predispõe à mudança, que prepara para futuros ajustes sobre novas bases, o que absolutamente não é depressivo, como nos mostra o atual impasse econômico.

Há pouco tempo, a noção de “crise” se vinculou essencialmente ao setor econômico para indicar uma condição complexa e contraditória, que não pode ser definida como “inflação”, “estagnação”, “nem recessão”, mas na qual uma série de causas se combinam numa mixórdia de questões conflitantes.

Na realidade, essa crise é caracterizada pela combinação simultânea de uma aposta econômica no âmbito internacional (as causas) e as medidas tomadas para lidar com isso (os efeitos). Ambas impactam o cidadão de maneira diferente, interagindo e contribuindo para a complexidade de um mal-estar social que tem se mostrado cada vez mais importante. A percepção disseminada é de que a cura é pior que a doença, pois é mais imediata e notável na pele das pessoas.

Essa crise vem de longe. Tem suas raízes nos anos 2000, marcada pela nova eclosão de terrorismo e a emblemática destruição das Torres Gêmeas em Nova York, em 2001. Não foi nenhuma coin-

cidência o fato de as Torres Gêmeas serem parte do World Trade Center, o quartel da Organização Mundial de Comércio. Promoção ou coincidência? De fato, desde então, apesar da explosão da "Nova Economia", os mercados financeiros começaram a tremer, mostrando que a globalização não teria levado a nada de bom. As consequências da invasão dos mercados mundiais por grandes corporações multinacionais foram, na verdade, a principal preocupação dos observadores no final do século XX – colonizações econômicas, mas também culturais (questionadas pelo movimento "No Logo"), as quais nos fizeram temer a globalização como triunfo de um imenso mercado mundial padronizado e homogêneo, às expensas de pequenos produtores e redes comerciais.

A liberalização das fronteiras, porém, além de ter efeitos significativos para a liberdade e as comunicações pessoais, também abriu caminho a uma torrente de dificuldades econômicas. Uma queda da Bolsa de Tóquio tem repercussões imediatas em Londres ou Milão. Daí a bolha especulativa com títulos podres, que começou na América do Sul e é responsável pelo mais sério colapso de todos os tempos do sistema bancário, infiltrando-se na Europa e desencadeando a presente crise, para a qual não conseguimos ver uma saída.

A crise em curso é financeira, ao passo que a crise de 1929 foi industrial: na atualidade, as teorias de Keynes não puderam ser aplicadas. Vejam o caso da Grécia, no qual as imensas contribuições da União Europeia só servem para reduzir o déficit temporariamente e não logram resultar em novos investimentos produtivos. O pêndulo não pode se reiniciar.

De modo semelhante, as empresas privadas não têm interesse em investir capital em países que estejam passando por dificuldades sérias, em parte por causa do arrocho no crédito bancário, mas especialmente em função de retornos econômicos inconsistentes, resultante da redução do consumo.

Nessa fase, nós testemunhamos o curioso fenômeno do aumento de preços dos bens essenciais, o que vai contra as tendências de mercado (eles deveriam cair em consequência da diminuição da demanda): o aumento de preços busca compensar, a curto prazo, a

diminuição das vendas, remunerando o produtor por perdas sofridas em função da incapacidade de vender. Numa etapa posterior, se medidas corretivas adequadas não forem implementadas, a queda dos preços ao consumidor reduz a produção, engendrando uma falta de bens essenciais e causando novos aumentos forçados de preço, os quais buscam restaurar o equilíbrio entre oferta e demanda. Tal situação desencadeia uma economia de tempos de guerra, com preços de mercado dobrando (no mercado negro), o que a Europa experimentou tragicamente na última parte da Segunda Guerra Mundial.

Ao avançarmos para uma recessão grave, registra-se um aumento geral de preços dos bens de consumo (basta fazer umas compras rápidas no supermercado para notar), juntamente com uma estagnação ou queda dos preços de mercado de bens imóveis. Esse é o mais óbvio dos sinais de uma séria escassez, a qual, se não corrigida, levará inevitavelmente ao colapso econômico. O declínio nas vendas de certos bens, como os bens imóveis, juntamente com o aumento dos preços dos bens essenciais, indica uma destinação diferente para a oferta de dinheiro, que é usado em consumo (em vez de ser investido); ou, se estivermos falando de grandes montantes de capital, transferido para o estrangeiro, onde estará mais seguro ou terá uma chance de recuperar pelo menos parte dos lucros perdidos.

O aumento do preço dos bens de consumo não apenas desvia recursos do investimento e do mercado de bens imóveis, ele também cria uma espécie de "síndrome de *Titanic*", caracterizada por uma euforia contagiosa enquanto o país está afundando. Uma parte da população, que por enquanto não foi afetada pela crise, despente suas economias e aumenta seus gastos (gastando mais que o necessário, permitindo-se tirar férias etc.), justificando seu comportamento a seus próprios olhos com a precariedade da existência: "Melhor desfrutar enquanto podemos". Este é seu lema, ao mesmo tempo que leva sua vida como se nada estivesse acontecendo, fechando os olhos para a realidade.

Para outros, pode-se observar um "efeito de eco" particular, que os faz gastar baseados na renda do ano anterior, mantendo assim o padrão de vida e fazendo-os contrair dívidas. Essa é uma

forma óbvia de autodefesa psicológica, na qual os indivíduos tentam conter a ansiedade que os impregna pelo colapso de toda e qualquer certeza sobre o futuro.

Por outro lado, há os casos de suicídio. Conta-se que houve mais de 1.200 casos de suicídio só na Grécia por causa da crise econômica. Há os que se afogam, enquanto os privilegiados dançam no convés superior do navio, fingindo não ver. Ou talvez eles tenham plena consciência de tudo, mas, exatamente por isto, fecham teimosamente os olhos.

A inflação é outro problema. O colapso do valor da moeda, sua incongruência progressiva com relação aos bens de consumo, foi por enquanto evitado. A inflação está ligada a todas as crises econômicas da modernidade; ela alcançou o recorde de todos os tempos durante a República de Weimar (antes da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha), ocasião em que o quilo de pão chegou a custar 1 milhão de marcos – ou na Argentina dos anos 1970, quando a quantidade necessária de pesos para pagar o pão aumentava diariamente, num crescendo infinito. A inflação é a pior consequência de qualquer crise econômica porque engole as economias de toda a vida e reduz as pessoas à fome num período muito curto: o dinheiro já não pode comprar mais nada, e instala-se o desespero. Um câncer altamente agressivo que se propaga no mesmo ritmo da velocidade da moeda. Quanto mais rápido ela muda de mãos, menos valor tem. Nós temos sido poupados da inflação graças ao euro. A Grécia está a salvo da inflação enquanto permanecer na zona do euro. Um retorno à dracma seria fatal.

O euro não é uma moeda à prova de inflação, mas é a moeda da maioria dos Estados da União Europeia, e dos Estados mais fortes (a começar pela Alemanha), e eles não têm intenção de cair na armadilha de Weimar uma segunda vez. Eles têm os instrumentos certos para mantê-la ao largo e os impõem a todos os demais. Entre esses instrumentos estão, indubitavelmente, um orçamento equilibrado, um teto para a taxa de juros, a redução da dívida pública e a consequente diminuição da circulação de dinheiro. O nome disso é política “deflacionária” (muito diferente das teorias de Keynes, adotadas para resolver a crise de 1929), e, à nossa custa, estamos sofrendo suas consequências.

Infelizmente, se essa condição não for corrigida, ela vai gerar outros problemas, numa desastrosa reação em cadeia. Redundâncias privam as famílias de poder de compra, queimam poupanças e diminuem o consumo, o que por sua vez se reflete no comércio e na produção. Tal situação abre o caminho para a estagnação, a mais temida faceta das crises econômicas, na qual o Estado e o governo, em vez de reduzir as fricções, investem na direção oposta e aumentam os impostos, o que só piora a situação.

Uma característica especial desta crise é sua duração. O tempo das “conjunturas” desfavoráveis, que podiam ser resolvidas num curto período, já passou. Agora, as crises – tão vagas e generalizadas por envolverem uma parte tão grande do planeta – levam éons para reverter a direção. Elas progridem muito lentamente, em contraste com a velocidade na qual todas as demais atividades humanas na realidade contemporânea de fato se movem. Todo e qualquer prognóstico de solução é continuamente atualizado e, em seguida, adiado para outra data. Parece que nunca vai acabar.

Quando uma crise acaba, outra, que nesse ínterim chegou roendo nossos calcanhares, entra em cena e toma seu lugar. Ou talvez se trate da mesma imensa crise que alimenta a si mesma e muda com o tempo, transformando e regenerando a si própria como uma entidade teratogênica monstruosa. Ela devora e muda o destino de milhões de pessoas, fazendo disso uma regra, e não uma exceção, tornando-se um hábito cotidiano com o qual temos de lidar, em vez de uma inconveniência inoportuna ocasional da qual nos vemos livres o mais rápido possível.

Viver em estado constante de crise não é agradável, mas pode ter um lado positivo, pois mantém os sentidos vigilantes e alertas, e nos prepara psicologicamente para o pior. Nós temos de aprender a viver em crise, assim como estamos resignados a viver com tantas adversidades endêmicas a nós impostas pela evolução dos tempos: poluição, barulho, corrupção e, acima de tudo, medo. O sentimento mais velho do mundo, que nos acompanha ao longo de uma realidade marcada pela insegurança.

Nós temos de nos habituar a conviver com a crise. Pois a crise está aqui para ficar.

ZYGMUNT BAUMAN: Tenho a impressão de que a ideia de “crise” tende hoje a deslocar-se de volta às suas origens médicas. Ela foi cunhada para denotar o momento no qual o futuro do paciente estava na balança, e o médico tinha de decidir que caminho tomar e que tratamento aplicar para levar o doente à convalescência. Falando de crise de qualquer natureza que seja, nós transmitimos em primeiro lugar o sentimento de *incerteza*, de nossa *ignorância* da direção que as questões estão prestes a tomar, e, secundariamente, do ímpeto de intervir: de *escolher* as medidas certas e *decidir* aplicá-las com presteza. Quando diagnosticamos uma situação de “crítica”, é exatamente isso que queremos dizer, a conjugação de um diagnóstico e um chamado à ação. E permita-me acrescentar que há uma contradição endêmica aqui envolvida: afinal, a admissão do estado de *incerteza/ignorância* não prognota exatamente a perspectiva de escolher as “medidas certas” e, assim, fazer as coisas andarem na direção desejada.

Porém, permita que eu me concentre – como há de ser a sua intenção, concluo – na crise econômica. Você começa nos lembrando dos horrores dos anos 1920-30, com os quais todos os tropeços sucessivos da economia tenderam desde então a ser comparados, e pergunta se a crise “pós-colapso do crédito” em andamento pode ser vista e descrita como uma reiteração daquele período, deitando assim alguma luz em seu resultado provável. Embora admita que haja numerosas semelhanças impressionantes entre as duas crises e suas manifestações (em primeiro lugar, e acima de tudo, desemprego maciço e sem perspectivas e desigualdade social galopante), eu sugiro que há, entretanto, uma diferença crucial entre as duas, que as distingue e torna a comparação de uma com a outra no mínimo questionável.

Embora horrorizadas pela visão de mercados fora de controle fazendo com que as fortunas evaporem junto com os locais de trabalho, enquanto levavam negócios viáveis à falência, as vítimas do colapso da bolsa no final dos anos 1920 tinham poucas dúvidas quanto a onde procurar resgate: no Estado, claro; num Estado *forte*, forte a ponto de ser capaz de *forçar* as circunstân-

cias gerais a coincidirem com sua vontade. As opiniões sobre a melhor saída para a difícil situação podem ter diferido, até consideravelmente, mas não havia desacordo sobre quem podia pôr a situação geral no caminho afinal escolhido: claro, o Estado, equipado com os recursos indispensáveis à tarefa: o *poder*, isto é, a capacidade de levar coisas a cabo, e a *política*, isto é, a habilidade de decidir como as coisas devem ser feitas.

Você mencionou com propriedade Keynes nesse contexto. Juntamente com o restante da opinião informada ou intuitiva da época, ele apostou na devolutura do Estado. Suas recomendações fizeram sentido à medida que os Estados “realmente existentes” foram capazes de reagir e de satisfazer as expectativas populares. Com efeito, as consequências do colapso estenderam até o limite o modelo pós-westfaliano de Estado munido de soberania absoluta e indivisível sobre seu território e tudo o que ele continha, mesmo sob formas tão variadas quanto as economias: soviética, administrada pelo Estado; alemã, regulamentada pelo Estado; e norte-americana, estimulada pelo Estado.

O modelo pós-westfaliano de Estado territorial onipotente (na maior parte dos casos, Estados-nação) saiu da guerra não só intato, mas expandido, reforçado e confiante de corresponder às ambições abrangentes do “Estado social” – um Estado que protege todos os seus cidadãos dos caprichos do destino, de desventuras individuais e do medo das humilhações sob todas as formas (medo de pobreza, exclusão e discriminação negativa, saúde deficiente, desemprego, falta de moradia, ignorância), que assombraram as gerações pré-guerra. O modelo do “Estado social” também foi adotado, mesmo que numa versão consideravelmente reduzida, pelos numerosos novos Estados e quase Estados emergentes em meio às ruínas dos impérios coloniais. Os “gloriosos trinta anos” que se seguiram foram marcados pela expectativa crescente de que todos os angustiantes problemas sociais fossem resolvidos e deixados para trás, e de que as memórias recorrentes de pobreza e desemprego em massa seriam sepultadas de uma vez por todas.

Nos anos 1970, entretanto, o progresso começou a parar de funcionar, confrontado com o desemprego crescente, a inflação aparentemente incontrolável e a incapacidade crescente dos Estados de cumprir sua promessa de cobertura abrangente. Aos poucos, ainda que de modo cada vez mais grave, os Estados manifestaram a incapacidade de cumprir suas promessas; aos poucos, mas em aparência de forma incontrolável, a fé e a confiança na potência do Estado começaram a se erodir. Funções antes reclamadas e ciosamente guardadas por Estados como monopólio seu, e amplamente consideradas pelo público e pelos formadores de opinião mais influentes obrigações e missão inegáveis dos Estados, de repente pareciam onerosas e vorazes de recursos demais para os Estados-nação suportarem. Peter Drucker declarou que as pessoas precisam, devem (e em breve terão de) abandonar as esperanças de salvação “vindas de cima” – do Estado ou da sociedade –, e o número de ouvidos ansiosos por absorver essa mensagem cresceu em ritmo acelerado. Na percepção popular, ajudada e encorajada pelo coro de uma parcela crescente do público instruído e formador de opinião, o Estado foi rebaixado da posição de motor mais poderoso do bem-estar universal àquela de obstáculo mais odioso, perverso e prejudicial.

Tratava-se, então, de mais um divisor de águas na história da opinião pública? Tratava-se de mais um “interregno”, ou, como diriam os franceses, de uma “ruptura” – um trecho de terreno subdefinido e subdeterminado, até então não visitado, inexplorado e não mapeado, que os velhos veículos confiáveis parecem ser incapazes de transpor, mesmo que os novos, adequados à tarefa, ainda precisem ser projetados, produzidos e postos na estrada? Sim, mas exatamente como durante a Grande Depressão dos anos 1920-30, os formadores de opinião, bem como círculos gradual mas regularmente crescentes do público em geral, afirmaram *saber* qual tipo de veículo era necessário para substituir os antigos – outrora confiáveis, mas cada vez mais enferrujados e vencidos, prontos para o ferro-velho. Uma vez mais, parecia

óbvio que espécie de força poderosa estava destinada, era propensa e capaz de levar à saída da presente crise.

Dessa vez, a confiança do público foi investida na “mão invisível do mercado”. E decerto (tal como recomendado por Milton Friedman, Ronald Reagan, Margaret Thatcher e o grupo em rápida expansão de seus subalternos, aduladores e acólitos entusiastas, todos a desenterrar ativamente da cova do descrédito e do esquecimento os pronunciamentos de Adam Smith e a reciclá-los/reformá-los para uso público) nos poderes mágicos da ganância dos padeiros, em quem todos os que desejam pão fresco diariamente à mesa do café podem confiar. “Desregulamentação”, “privatização”, “subsidiarização” haveriam de alcançar aquilo que regulamentação, nacionalização e empreendimentos comunais dirigidos pelo Estado deixaram, de forma tão abominável, de obter. Funções do Estado tinham de ser e seriam deslocadas (“transferidas”, “terceirizadas” e/ou “contratadas”) para o mercado, esse espaço reconhecidamente “sem política”; ou deixadas sobre os ombros de indivíduos humanos, agora em tese capazes de suprir individualmente, conforme inspirados e postos em movimento por sua ganância, aquilo que não tinham conseguido produzir de modo coletivo, inspirados e movidos pelo espírito comunal.

Depois dos “gloriosos trinta” vieram os “opulentos trinta”: os anos de orgia consumista e crescimento quase contínuo e aparentemente incessante dos índices do produto interno bruto (PIB) em toda parte. A aposta na ganância humana parecia estar honrando seus pagamentos. Seus lucros se tornaram visíveis muito antes que seus custos. Levou vinte e tantos anos para descobrirmos o que alimentava o milagre consumista: a descoberta, pelos bancos e pelas empresas emissoras de cartão de crédito, de uma vasta terra virgem a ser explorada – terra esta povoada por milhões de pessoas doutrinadas nos preceitos de uma “cultura de caderneta de poupança” e ainda escravas do mandamento puritano de resistir à tentação de gastar dinheiro que não foi ganho pelo trabalho.

E levou ainda mais uns anos para despertarmos para a sombria verdade de que os lucros inicialmente fabulosos dos investimentos em terras virgens logo perderiam o pique, atingiriam seus limites naturais e um dia cessariam de todo. Quando isso afinal aconteceu, a bolha estourou e a *fata morgana* radiante da opulência em perpétua alta se dissipou sob um céu encoberto de nuvens negras de redundância sem perspectiva, falências, renegociação infinita de dívidas, quedas drásticas de padrões de vida, ambições de vida minguantes – e, com toda probabilidade, de degradação social das classes autoconfiantes, impetuosas e em aparência ascendentes ao status de “precariado” indefeso e amedrontado.

Tratava-se, então, de mais uma crise de agência, de mais uma “ruptura” ou interregno? Sim, mas com uma diferença – e uma diferença fatídica e seminal. Como antes, os antigos veículos do progresso estão vencidos, prontos para o ferro-velho, mas não há nenhuma invenção promissora à vista na qual possamos reinvestir a esperança de tirar da encrenca todas as vítimas desorientadas. Depois da perda de confiança pública na sabedoria e na potência do Estado, agora é a vez da destreza da “mão invisível do mercado” perder sua credibilidade. Todas as velhas maneiras de levar as coisas a cabo estão desacreditadas, e as maneiras novas, na melhor das hipóteses, estão na prancheta de desenho ou em estágio de experimentação. Ninguém é capaz de jurar, de mão no peito, sobre a eficácia de nenhuma delas. Conscientes demais das esperanças malogradas, nenhum de nós tem alternativas potenciais em que apostar. A crise é um momento de decidir que procedimento adotar, mas o arsenal de experiências humanas parece não ter nenhuma estratégia confiável para se escolher.

Estamos dolorosamente conscientes – pelo menos por agora, e até que a memória humana, a memória seletiva demasiado humana, tenha cumprido o seu papel – de que, se deixado a seus próprios mecanismos, os mercados voltados para o lucro levam a catástrofes econômicas e sociais. Todavia, devemos – e, antes de tudo, podemos – retornar aos mecanismos outrora desdobrados,

ainda que hoje não utilizados ou subutilizados, de supervisão, controle, regulação e administração pelo Estado? Se *devemos*, essa é obviamente uma questão discutível. O que é quase certo, porém, é que *não podemos* – qualquer que seja a resposta que escolhermos para a pergunta anterior. Nós não podemos porque o Estado já não é mais o que era cem anos atrás nem o que então se esperava que ele se tornasse. Em sua condição presente, o Estado não dispõe dos meios e recursos para realizar as tarefas que exigem a supervisão e o controle efetivos dos mercados, para não falar de sua regulação e administração.

A confiança na capacidade de realização do Estado se baseava na suposição de que ambas as condições para a gerência efetiva de realidades sociais – poder e política – estavam em suas mãos, supostamente o senhor soberano (exclusivo e indivisível) no interior de suas fronteiras: “poder” significando a capacidade de levar as coisas a cabo; e “política” significando a habilidade de decidir que coisas *devem ser* levadas a cabo e que coisas *devem ser* tratadas no âmbito global – onde já reside grande parte do poder efetivo de levar coisas a cabo – para serem assim evitadas ou desfeitas.

Hoje, porém, o Estado foi expropriado de uma parcela grande e crescente de seu antigo poder imputado ou genuíno (de levar coisas a cabo), o qual foi capturado por forças supraestatais (globais) que operam num “espaço de fluxos” (termo de Manuel Castells) politicamente incontrollável – haja vista o alcance efetivo das agências políticas sobreviventes não ter progredido além das fronteiras do Estado. Isso significa, pura e simplesmente, que finanças, capitais de investimento, mercados de trabalho e circulação de mercadorias estão agora além da responsabilidade e do alcance das únicas agências políticas disponíveis para cumprir a tarefa de supervisão e regulação. É a política cronicamente assolada pelo déficit de poder (e portanto também de coerção) que enfrenta o desafio de poderes emancipados do controle político.

Para resumir a longa história, a presente crise difere das suas precedentes históricas à medida que é vivida numa situação de

divórcio entre poder e política. Esse divórcio resulta na *ausência de agências* capazes de fazer o que toda “crise”, por definição, exige: escolher de que modo proceder e aplicar a terapia reclamada por essa escolha. Ao que parece, essa ausência vai continuar a paralisar a busca de solução viável até que poder e política, hoje divorciados, se casem de novo. Contudo, também parece que, sob condições de interdependência global, esse recasamento não é concebível no interior de um Estado, por maior e mais bem-sucedido que ele possa ser. Parece que agora estamos enfrentando a tarefa espantosa de elevar a política e suas apostas a uma altura inteiramente nova e sem precedentes.

Um estatismo sem Estado

CB: Em relação à saúde, a palavra “crise” foi usada no passado para indicar que o paciente estava numa condição grave e enfrentando a morte. Nesta altura, convocava-se uma junta – isto é, uma reunião de vários médicos – para debater que tratamento administrar. “Junta” já não é mais uma palavra usada na língua do dia a dia, especialmente depois que o dr. House desmitificou os encontros de médicos, nos quais eles falam sobre tudo e tentam diferentes tratamentos para ver como o paciente reage. A noção de crise sofreu o mesmo rebaixamento em outros campos e “está em crise”; deslocou-se para o campo da psicologia, dizendo respeito ao estado de ânimo ou à condição existencial, bem como sentimental.

Talvez seja por isto que a definição de “crise” se adapte mal à situação em curso, a qual, pelo menos na esfera econômica, parece ser bastante estável. Existe o risco de o termo “crise” estar sendo usado deliberadamente para dar a impressão de que a condição que ora experimentamos só é temporária e que logo seremos capazes de superá-la, utilizando o tratamento apropriado.

A separação entre poder e política é uma das razões decisivas para a incapacidade do Estado de fazer escolhas apropriadas. Segundo Étienne Balibar, a fissura irreparável entre o local e o global pro-

duziu uma espécie de “estatismo sem Estado”, que tem lugar através de uma “governança”.² Isso produz o efeito paralisante que você descreveu, de um *sistema político* (representativo do povo e, portanto, democrático) no âmbito local, reduzido à gerência da administração de rotina, incapaz de assumir e resolver os problemas que o *poder global* (sem representação política e, portanto, fundamentalmente não democrático) impõe com frequência crescente.

As cidades contemporâneas são uma espécie de grande lata de lixo [metáfora de Bauman] em que os poderes globais jogam os problemas que criam para alguém solucionar. Por exemplo, a migração em massa é um fenômeno global causado por forças globais. Nenhum prefeito de nenhuma cidade do mundo realmente criou a migração em massa de pessoas em busca de pão, água limpa para beber e condições afins. As pessoas foram postas em movimento pelo impacto de forças globais, as quais as privam de seus meios de existência e as obrigam a deslocar-se ou morrer. Assim, trata-se de um problema imenso. No entanto, elas vão para Milão, elas vão para Módena, elas vão para Roma, elas vão para Paris, elas vão para Londres, e é o prefeito da Câmara Municipal da cidade que tem de lidar com a questão. O problema vem de fora, mas o problema tem de ser resolvido, para o melhor ou para o pior, no local.³

As decisões são tomadas em outra parte pelos poderes estabelecidos, que, como são supranacionais por sua própria natureza, não são instados a observar leis e regulamentos locais: eles estão livres de limitações de conveniência política, bem como de necessidades de natureza social, em nome da objetividade e de um princípio de equidade que não expressa a verdadeira justiça.

A separação entre os dois níveis, entre o global e o local, entre poder e política, teria continuado irresolvida e conflitante se o poder não tivesse tentado “interferir” na política – para recuperar a diferença, a distância entre os dois termos, e tentar padronizar seu comportamento. Ele interfere da única maneira possível, isto é, tomando *tout court* o lugar da política na gerência do local/nacional; e, onde

isso não é possível, tomando decisões políticas adequadas com persuasão consistente e/ou subordinação. Com controle sobre a política, o poder global pode agora dominar avidamente a sociedade e obstar toda e qualquer resistência.

Balibar centra sua atenção numa forma de "governança" que substituiu as relações diretas tangíveis entre Estado e cidadão:

A União Europeia ... é somente o fantasma de um Estado, pois não possui nenhum elemento realmente efetivo de identificação coletiva. ... Tal estrutura antecipa talvez a forma de sobrevivência da instituição estatal de cidadania, que está em nosso futuro e na verdade representaria, sob o nome de governança, uma forma de *estatismo sem Estado*.⁴

No tocante à política, o Estado restituiu a "governança". A inconsistência de governos nacionais, sua incapacidade de adaptar-se a mudanças, responder aos novos requisitos organizacionais e prover as redes de segurança que o progresso da globalização exige, significa que a necessidade de participação comunitária, condição *sine qua non* de todo e qualquer tipo de sociedade civil, busca respostas satisfatórias em outro lugar. Respostas que nem sempre servem ao propósito, mas que podem ter sido suscitadas por emoções, ressentimentos e medos, ou mesmo por aquela *voluptas dolenti* que Étienne de la Boétie chamou de "servidão voluntária" (aquiescência e submissão servis a qualquer forma de poder). Em todo caso, elas questionam toda forma corrente de democracia, ou, na melhor hipótese, criam as condições para formas novas, antes desconhecidas, de representação democrática.

Respostas inconsistentes – porque na verdade não resolvem o problema em toda a sua complexidade – tomam sobretudo a forma de uma antipolítica, uma espécie de rejeição e náusea perante um relacionamento agora esgarçado. Antipolítica é um termo impreciso: formalmente, indica uma aversão da cidadania (não há menção ao povo, pois pressuporia um vínculo recíproco com o Estado soberano) à política em si mesma. Em vez de antipolítica, pode-se falar de

"antipartidarismo", mas está claro para todos que o uso desse termo é bastante ambíguo e adequado ao sistema, transmitindo uma mensagem negativa e acusatória àqueles que praticam a "antipolítica".

Porém, a antipolítica – conforme reconhecida por Balibar – resulta em populismo e nacionalismo, ambos perigosos e sujeitos aos mais devastadores desvios. Com frequência ela se mostra o prelúdio de regimes tirânicos e autoritários, como demonstra a história recente. Ela parte de uma rejeição da política ("a política é uma coisa suja") e, pela exaltação de figuras carismáticas capazes de atrair a atenção e a afeição das massas, logra justificar a ditadura do homem forte, o único que pode assumir a desencorajadora tarefa de endireitar as coisas. Sempre há um homem providencial pronto a intervir quando a relação entre o Estado e a cidadania está deteriorada.

O nacionalismo é anacrônico e míope. Regressar aos valores tradicionais, cerrar as fileiras e valorizar apenas o que é reconhecido localmente e territorialmente delimitado parece hoje um esforço fútil, em especial se pensarmos que é possível devolver o poder absoluto de decisão e gerência de diretrizes políticas a uma área local que tenha de lidar com a economia global. Como certos tipos de populismo, o nacionalismo hoje não vai além do drama de uma opereta tragicômica, exagerada pela mídia para entretenimento das massas, que com justeza estão muito aflitas.

A coisa mais perturbadora, porém, é o "estatismo sem Estado", rumo ao qual nos encaminhamos com ingênua indiferença. A "governança" tomou o lugar de um governo funcional, subordinado a uma relação de confiança com o público. Escondida por trás de uma massa cada vez mais confusa e impenetrável de burocracia, a "governança" gerencia a comunidade, que perdeu seu guardião estatal por uma delegação incoerente que resulta na ideia de "falsa democracia", pois carece de ambas as condições que tornam o "mandato" democrático: direção e controle políticos. Na verdade, ninguém estipula a orientação da política comunitária nem suas prioridades (não há programa com o qual fazer uma comparação); ninguém fiscaliza o trabalho da comunidade nem sua adesão à vontade e às intenções do povo. Confrontada por esta dupla lacuna, não é sequer possí-

vel falar de democracia, ao mesmo tempo que a governança solapa até a ameaçada noção de separação entre política e poder. Os dois temas se mostram distantes a ponto de se tornarem fragmentados, controversos e interferentes.

Quando o poder é administrado por mercados, por grupos financeiros, por forças supranacionais que escapam a todo e qualquer controle democrático, a política é um tema controverso e contencioso. Isso assume várias faces: há a política da comunidade europeia, condicionada pelos Estados e mercados mais fortes (que são capazes de implementar "suas" diretrizes por meio de lobbies); a política dos Estados-nação que não têm nenhum poder, mas que é perfeitamente autorreferencial e autopetruadora; uma política local que tem poder limitado e reduzido, apenas para gerir a situação existente, sem nenhuma chance de intervir na impenetrabilidade da "governança". Além de uma ampla gama de políticas sem nenhum poder ou de poderes sem nenhuma política, que são empregadas em organizações, instituições e serviços com autonomia conflitante.

Não se trata de uma adaptação às condições de crise nem de uma escolha ideológica, mas de uma mudança na natureza da "política". Uma forma real de "antipolítica" que neutraliza a dissensão, elimina todo e qualquer antagonismo real como medida preventiva e reduz os partidos políticos a competir uns com os outros em torno de problemas ilusórios cuja vocação é desviar a atenção do público dos problemas reais.

A antipolítica assegura a continuação do jogo político em curso entre os partidos, mas o priva de significado social, já que o cidadão é obrigado a cuidar do seu próprio bem-estar: o "Estado dirige e controla seus governados sem ser responsável por eles",⁵ implementando uma espécie de "governança" neoliberal, que se revela uma técnica de governo indireta, mas não ineficaz.

Essa forma de autonomia dos partidos responde à ideologia neoliberal, que claramente se originou nos Estados Unidos, onde tem uma grande tradição e se mostra plenamente funcional no processo de "desmassificação". Na sociedade de massa, a necessidade de controle social estreito impôs um vínculo entre o Estado e o

cidadão por meio da administração de serviços e da gerência direta de atividades que, por um lado, proviam segurança e, por outro, formavam um vínculo estreito de dependência no seio do qual era possível relaxar e ser levado pela corrente.

Se a sociedade de massa é o último estágio da modernidade, a sua melhor tentativa para manter o controle social diante das forças divergentes cada vez mais ameaçadoras que questionam a hegemonia, é evidente que, a partir do momento em que começa o processo de desmassificação, na pós-modernidade, o indivíduo é cada vez mais deixado à sua própria iniciativa.

Os laços entre o Estado e o cidadão são enfraquecidos, a sociedade perde coesão e se torna "líquida". Nas palavras de Eric J. Hobsbawm na epígrafe citada, ouvem-se ecos do fim do Estado e seu modo constitutivo.⁶ A desmassificação sem dúvida é um processo de tomada de consciência da autonomia do indivíduo, mas também é um estado de isolamento e de solidão para o cidadão global, de perda dos vínculos sociais que a massa de algum modo assegurava.

A queda frenética do consumo é um sinal importante. Os "gloriosos trinta anos" (entre 1940 e 1970) e os "opulentos trinta anos" (entre 1970 e o final do século) experimentaram um período de entusiasmo do consumidor e de otimismo irresponsável; isso teve efeitos profundos no estilo de vida, na cultura e no comportamento do indivíduo (basta pensarmos no esplendor efêmero da "Nova Economia", na emergência do estilo "mauricinho/patricinha", na expansão dos mercados de bens móveis e imóveis).

Os "gloriosos trinta" e os "opulentos trinta" foram resultado da rápida evolução do Estado de bem-estar social e de uma confiança ilimitada na sua capacidade de assegurar bem-estar e segurança para todos; mas também de uma estratégia política (quando a política ainda tinha poder) que substituiu o totalitarismo de repressão violenta e intrusão na vida pessoal dos cidadãos pelo "totalitarismo do consumo", uma nova maneira de garantir o controle social com métodos menos agressivos, mas não menos eficazes.

À diferença do liberalismo clássico, que contemplava um modelo puramente de mercado, deixado à iniciativa privada e à livre com-

petição sem nenhuma intervenção do Estado (“mais mercado, menos Estado”), o neoliberalismo se instala no próprio Estado. Wendy Brown argumenta que o neoliberalismo, em contraste com o liberalismo clássico, tende a empoderar cidadãos para transformá-los em empreendedores; por conseguinte, em estabelecer uma ética sem precedentes de “cálculo econômico”, a qual se aplica a atividades em favor do público que antes o governo garantia.⁷

A prática do neoliberalismo submete as funções sociais do Estado ao cálculo econômico: uma prática não usual, que introduziu critérios de viabilidade nos serviços públicos, como se eles fossem empresas privadas, para ordenar os campos de educação, saúde, seguridade social, emprego, pesquisa científica, serviço público e segurança sob uma perspectiva econômica.

Consequentemente, o neoliberalismo retira a responsabilidade do Estado, fazendo-o renunciar às suas prerrogativas e avançar na direção de sua gradual privatização.

A perda de poder resulta num enfraquecimento das políticas econômicas, o que por sua vez se reflete nos serviços sociais. A crise do Estado se deve à presença desses dois elementos: incapacidade de tomar decisões concretas no âmbito econômico e, portanto, a incapacidade de prover serviços sociais adequados.

Um resultado disso é aperto fiscal, lançando mão de *desregulamentação-devolução* de prerrogativas institucionais, que são cada vez mais delegadas aos indivíduos: tudo isso para garantir a existência e a manutenção do aparato estatal e de seus privilégios, que se tornaram cada vez menos extensivos. Nessa etapa, o Estado em crise, em vez de ser provedor e garantidor de bem-estar público, tornou-se “um parasita” da população, preocupado apenas com a própria sobrevivência, exigindo cada vez mais e dando cada vez menos em troca.

As escolhas políticas feitas hoje, na ausência de um poder real para “consertar as coisas”, parecem tão somente tapa-buracos visando à proteção de privilégios adquiridos: uma forma extrema de autodefesa, que evoca a imagem de estar preso numa casamata pesadamente blindada e equipada com todo conforto, enquanto Berlim está em chamas.

ZB: Permita-me começar a partir do ponto em que você parou. Tenho a impressão de que nenhuma “escolha” é feita nem certamente decisões são tomadas hoje pelos governos de Estado, a não ser quando são forçados a fazê-las ou tomá-las (ou pelo menos fingir que o fazem) por outros governos com mais recursos de países com mais recursos, ou por forças amorfas e anônimas não registradas na Constituição de nenhum Estado, e chamadas, de modo alternado, de “realidades do dia”, “mercados mundiais”, “decisão de investidores”, ou apenas “Tina” (de *There is no alternative*, “Não há alternativa”).*

Indecisão, prevaricação e procrastinação são hoje os nomes do jogo (mesmo quando envolve, como lamentavelmente acontece, matéria “confidencial”). Os governos são capazes, no máximo, do que chamamos de “arranjos” – acordos interinos que desde o começo não são convincentes nem destinados a durar; na melhor das hipóteses, espera-se/reza-se para que sobrevivam até o próximo encontro do Conselho da União Europeia, ou até a próxima abertura do pregão da bolsa de valores. Observe com que frequência resoluções anunciadas hoje são proclamadas (numa estranha inversão da sequência habitual de causas e efeitos, ou de decisões e suas consequências) e regulamentadas para se tornarem “válidas” e postas em prática vários anos depois, dando-lhes, por conseguinte, a opção de serem esquecidas nesse ínterim ou superadas por acontecimentos que ninguém pode prever – e de se tornarem, assim, retrospectivamente natimortas.

E há boas razões para a indecisão assumir o controle, em companhia dos seus “irmãos de desarmamento”, os gabinetes antes ocupados – mas hoje vazios – por planejadores, estrategistas, projetistas, comandantes e outras variedades de tomadores ardorosos de decisão. Uma das mais seminais dessas razões é

* Bordão usado pela primeira-ministra conservadora Margaret Thatcher, que compreendia não haver alternativa ao liberalismo econômico e que mercados livres e globalização capitalista eram a melhor perspectiva para o desenvolvimento social; hoje é retomado criticamente, chamado de *argumento* Tina ou Síndrome Tina. (N.T.)

o “duplo compromisso” no qual os governos da hora se encontram invariavelmente nos países democráticos. Todos eles estão expostos a duas pressões contraditórias cujas demandas são, com mais frequência, impossíveis de reconciliar. Duas pressões significam que os governos têm de olhar em duas direções opostas ao mesmo tempo, lidar com elas mesmo tendo pouca esperança de granjear sua aprovação, tendo em vista o caráter meio-termo e inescapavelmente agudo de suas resoluções. Dada a distância que separa os lugares de onde emanam as duas pressões, olhar para os dois lados provavelmente resulta muito mais em piscadelas que em compromissos aceitáveis. O efeito deste duplo compromisso não é muito diferente daquele de uma camisa de força. Em ambos os casos, o resultado, se não a intenção, decerto é idêntico: incapacitação – limitação de movimentos, em particular dos movimentos feitos com o objetivo de gerar compromisso para com a sua própria iniciativa, para com os propósitos de sua própria escolha.

As duas pressões em questão vêm, respectivamente: de eleitores que sejam capazes tanto de pôr governos em exercício quanto de tirá-los; de forças que já sejam globalizadas, livres para flutuar com pouca ou nenhuma restrição no “espaço de fluxos” extraterritorial sem política e capazes de tirar proveito das vantagens dessa liberdade para frustrar e em última análise tornar nula e vazia qualquer decisão tomada por qualquer governo de um Estado territorial, se a considerarem contrária, ou mesmo insuficientemente conforme, aos seus interesses. À diferença dos próprios governantes eleitos, as forças que os prendem a esse segundo vínculo do “duplo compromisso” não devem lealdade aos eleitores e não são obrigadas a ouvir suas queixas nem a ter o ânimo de sacrificar seus interesses para silenciá-las.

Uma das características definidoras da democracia é realizar eleições periódicas daqueles que estão no leme. Sob condição de as eleições não serem forçadas nem alcançadas mediante coerção ou ameaça, acredita-se que essas pessoas representem os interesses dos cidadãos – ou pelo menos o que eles afirmaram ser seu

interesse na oportunidade da eleição. Todos os partidos políticos e todos os políticos concorrendo a uma eleição são obrigados a ouvir atentamente, em consequência, as vozes do povo, a fim de verificar se suas plataformas correspondem àquilo que os eleitores apoiam. Eles têm de formular seus programas e compor seus discursos eleitorais de uma maneira que esperam ser relevante para as inquietações e os postulados dos eleitores. Devem prometer estar atentos às inquietações e considerar seriamente a implementação dos postulados. Não obstante, isso é mais fácil de falar que de fazer, pelo menos de fazer de modo convincente: afinal, promessas eleitorais são sabidamente, quase rotineiramente, varridas para debaixo dos tapetes dos gabinetes pouco depois da celebração da vitória. Escolado a posteriori, o eleitorado se lembrará dessa experiência, e é provável que os políticos precisem continuar a fazer promessas, por maior que seja o risco de perderem as eleições três ou quatro anos depois.

A ideia de fronteiras territoriais de soberania presumida pela fórmula westfaliana, juntamente com o apêndice depois acrescentado de união natural ou divinamente abençoada entre nação e Estado, mais tarde foi exportada pelos *conquistadores* europeus para o restante do mundo; e também desdobrada no período do colonialismo europeu e aplicada nos postos avançados ultramarinos dos impérios eurocêntricos emergentes e florescentes, tanto quanto tinha sido originalmente praticada nas metrópoles europeias. Como traço duradouro da aventura colonialista europeia, a fórmula westfaliana – sobretudo na sua versão secularizada, ainda que em alguns casos em sua forma original – continua a ser, em nossa era pós-colonial, em teoria, senão na prática, o princípio organizador inviolável, universalmente obrigatório e poucas vezes – se é que foi – explicitamente contestado para a coabitação na Terra.

O problema é que ele também é falso, e cada dia mais. Suas premissas são ilusórias, seus postulados são irrealistas e suas recomendações programáticas são cada vez menos plausíveis. No curso do último meio século, o processo de desregulamentação

originado, promovido e supervisionado pelos governos de Estado que aderiram de forma voluntária ou obrigatória à chamada “revolução neoliberal” resultou na separação crescente e na possibilidade cada vez maior de divórcio entre poder (isto é, a capacidade de levar coisas a cabo) e política (isto é, a habilidade de decidir que coisas são necessárias e devem ser feitas). Para todos os fins e propósitos práticos, grande parte do poder antes contido no interior das fronteiras do Estado-nação se evaporou e voou para a terra de ninguém do “espaço de fluxos”, enquanto a política continuou, como antes, territorialmente fixada e restringida. O pacto entre poder e política, condição *sine qua non* de ações eficazes e mudanças significativas, foi na realidade separado em um poder livre de quase todos os controles políticos, exceto os mais rudimentares, e a política, sofrendo um déficit permanente e crescente de poder. Esse processo adquiriu todas as marcas de uma tendência autopropelida e autointensificadora. Seria mente despojado de poderes e continuando a se enfraquecer, os governos de Estado são compelidos a ceder, uma a uma, as funções outrora consideradas monopólio natural e inalienável dos órgãos políticos do Estado para os cuidados das forças já “desreguladas” do mercado, expulsando-as deste modo do reino da responsabilidade e da supervisão política; e quanto à tarefa de lidar com os efeitos socialmente adversos e potencialmente destrutivos da tendência endêmica do mercado à busca irrefreável de lucro às expensas de todos os demais valores, ela foi “subsidiarizada” ao que Anthony Giddens chamou de o “reino da política da vida” – um reino deixado à iniciativa, à engenhosidade, à força e aos recursos cronicamente inadequados do indivíduo.

Os dois processos paralelos de “contratar” algumas funções de Estado das forças do mercado enquanto “subsidiariza” muitas outras delas na “política da vida” resulta, entretanto, no declínio da confiança popular na capacidade dos governos de lidar efetivamente com as múltiplas ameaças às condições existenciais de seus cidadãos. Não se trata de julgar que um partido político ou outro fracassou no teste; acumulam-se indícios de que mudan-

ças de guarda só desencadeiam mudanças mínimas, se é que desencadeiam alguma, nas políticas governamentais; e ainda incitam menos mudanças no volume das privações associadas à luta pela sobrevivência sob condições de incerteza aguda. As credenciais populares do próprio sistema da democracia representativa, desenhado, elaborado e estabelecido pelos construtores do Estado-nação moderno, estão se desintegrando. Os cidadãos acreditam cada vez menos que os governos sejam capazes de cumprir suas promessas.

Eles não estão errados. Uma das presunções tácitas, ainda que cruciais, da base da confiança na eficiência da democracia parlamentar é que os cidadãos decidem em eleições quem irá governar o país nos anos seguintes, e que o governo eleito tentará implementar suas políticas. O colapso recente da economia baseada no crédito deu à falência desse arranjo um relevo espetacular. Como observa John Gray, um dos mais perceptivos analistas das raízes da instabilidade mundial dos dias atuais, em seu prefácio à nova edição (2009) de *False Dawn: The Delusions of Global Capitalism*, ao se perguntar por que o colapso econômico recente não logrou aumentar a cooperação internacional, liberando, em vez disso, pressões centrífugas: “Governos estão entre as baixas da crise, e a lógica de cada um deles atuando para proteger seus cidadãos significa maior insegurança para todos.”⁸⁸ Isso se dá porque “as piores ameaças ao gênero humano são globais em sua natureza”, ao passo que “não há nenhuma perspectiva de qualquer acordo efetivo de governança global para lidar com elas”.

Nossos problemas são produzidos globalmente, ao passo que os instrumentos de ação política legados pelos construtores do Estado-nação foram reduzidos à escala de serviços requeridos por Estados-nação *territoriais*. Eles se mostram, portanto, singularmente inadequados quando se trata de lidar com desafios *extraterritoriais* globais. Para nós, que continuamos a viver à sombra do arranjo *westfaliano*, eles são até hoje, ainda assim, os únicos instrumentos em que conseguimos pensar e para o qual estamos inclinados a nos voltar em momentos de crise, apesar

de sua ruidosa insuficiência para garantir a soberania nacional, a condição *sine qua non* da viabilidade prática desse arranjo. O resultado ampla e previsivelmente observado é a frustração causada e fadada a se acirrar pela inadequação entre meios e fins.

Resumindo, nossa crise atual é em primeiro lugar e acima de tudo uma *crise de agência*, embora em última análise seja uma *crise de soberania territorial*. Cada unidade territorial formalmente soberana pode hoje servir como depósito de lixo para problemas originados muito além do alcance de seus instrumentos de controle político, e há muito pouco que ela possa fazer para impedi-los, e muito menos preveni-los, considerando a quantidade de poder deixada à sua disposição. Tais unidades formalmente soberanas – com efeito, um número crescente delas – foram rebaixadas na prática à condição de distritos de polícia locais, em prontidão a fim de garantir um mínimo necessário de lei e ordem para um tráfego cujas idas e vindas elas não pretendem (nem são capazes de) controlar. Não importa a extensão da distância entre soberania *de jure* e soberania *de facto*, todas as unidades estão fadadas a buscar soluções *locais* para problemas *globalmente* engendrados, tarefa que transcende em muito a capacidade de todas, exceto o punhado das mais ricas e desenvoltas.

Uma vez presos num duplo compromisso, pouca escolha resta aos governos, a não ser rezar para que, antes de se anunciar a data da eleição seguinte, seu serviço obediente e leal ao “segundo compromisso” seja recompensado com uma montanha crescente de investimentos e contratos comerciais. E, o que é muito importante, isso também acontece com o “fator tudo bem”, de comum acordo, conselheiro-chefe do povo na cabine eleitoral. Observe-mos, porém, que os sinais estão ficando mais complicados no terreno desse tipo de cálculo, deixando de funcionar como esperado. Não se trata apenas de os políticos eleitos deixarem de cumprir suas promessas; tampouco as “forças do segundo compromisso” (bolsas de valores, capitais itinerantes, investidores de risco e afins, chamados concisamente de “investidores mundiais” na

linguagem politicamente correta de hoje) cumprem a sua parte segundo as expectativas dos políticos.

Não há nada, portanto, nem sequer um vislumbre de luz no fim do túnel, com que compensar a frustração do eleitorado e abrandar sua ira. A desconfiança e a indignação se espalham para todo o espectro político, exceto talvez os seus setores até aqui (mas até quando?) marginais, efêmeros e excêntricos, exigindo publicamente um fim para o regime democrático desacreditado e fracassado. Escolhas feitas na cabine eleitoral hoje são raras vezes motivadas pela confiança numa alternativa; cada vez mais, elas são resultado de mais uma frustração causada pelo trabalho remendado feito pelos empossados. Tornam-se cada vez mais raros os partidos capazes de ostentar que foram eleitos para mais de um mandato no poder.

Agora que as instituições do Estado-nação não são mais atores competentes prometendo marcar trilhas mais trafegáveis e consertar mais tolices dolorosas, que força, se é que existe, há de poder preencher o posto/papel de agente da mudança social? Essa pergunta é discutível e cada vez mais contenciosa. Não faltam incursões exploratórias. Há uma abundância de tentativas de encontrar novos instrumentos de ação coletiva que se adequem melhor ao cenário crescentemente globalizado que as ferramentas políticas forjadas e estabelecidas na era pós-westfaliana de construção nacional; instrumentos que tenham mais chances de satisfazer a vontade popular do que podem esperar recuperar os órgãos estatais ostensivamente “soberanos”, espremidos em duplos compromissos. Essas surtidas de reconhecimento têm partido, com regularidade, de vários quadrantes da sociedade, em particular do “precariado”, estrato que cresce depressa, que sorve e absorve o que quer que tenha restado do antigo proletariado industrial, juntamente com nacos sempre maiores das classes médias. Esse estrato se mantém até aqui “unido” apenas pela sensação de que passa a vida sobre areia movediça ou ao pé de um vulcão. O que torna a perspectiva de essas unidades de reconhecimento se consolidarem como

força política séria, importante e durável, embora antes obscura, é que há pouco na condição social e nos interesses de seus participantes que os mantenha unidos e que possa inspirá-los a trabalhar juntos por tempo suficiente a fim de serem reciclados como ferramentas confiáveis, seguras e efetivas, aptas a substituir aquelas cuja inadequação para tarefas do presente e a indolência cada vez mais evidente desencadearam, antes de tudo, os experimentos presentes.

Um desses experimentos em curso, figurando de modo bem proeminente na produção da mídia pública, é um fenômeno que recebeu o rótulo de “Movimento dos Indignados”, inspirado em experiências em rápida proliferação, ainda que diversificada, a partir da praça Tahrir e até a praça Taksim, passando pelo Parque Zuccotti. Harald Welzer⁹ pode estar no caminho certo ao buscar as causas profundas desse fenômeno na compreensão crescente do público de que “as estratégias individualistas têm uma função essencialmente sedativa. O âmbito da política internacional só oferece a perspectiva de mudança num futuro distante, e, assim, a ação cultural é deixada para o nível *médio*, o nível da própria sociedade do indivíduo, e da questão democrática, de como as pessoas querem viver o futuro” – mesmo que em muitos casos, talvez a maioria deles, esse conhecimento seja antes subliminar e pobremente enunciado.

Estivessem Marx e Engels, aqueles dois rapazes de cabeça quente e pavio curto da Renânia, pensando hoje em escrever o seu *Manifesto* de quase duzentos anos, eles certamente poderiam partir de um comentário alterado: “Um fantasma ronda o planeta; o fantasma da indignação.” Com efeito, abundam as razões para estar indignado. Pode-se, contudo, conjecturar que um denominador comum dos gatilhos originais bastante variados, e dos influxos ainda mais numerosos que eles atraem enquanto ganham publicidade, seja a premonição humilhante, “provocadora e negadora da autoestima e da dignidade”, de ignorância (nenhuma ideia do que vai acontecer) e de impotência (nenhum meio de evitar que aconteça). Os velhos meios, em tese patentes,

de lidar com os desafios da vida não funcionam mais, ao passo que não há novos à vista em parte alguma, ou eles existem em número abominavelmente ralo.

De uma maneira ou de outra, a indignação aí está, e nos indicaram uma maneira de descarregá-la, ainda que temporariamente: ir para as ruas e ocupá-las. O reservatório para recrutamento de potenciais ocupantes é enorme e cresce dia a dia. Agora que perderam a fé numa salvação vinda “de cima”, como a conhecemos (isto é, de parlamentos e gabinetes governamentais), e estão procurando maneiras alternativas de levar as coisas certas a cabo, as pessoas vão para as ruas numa viagem de descoberta e de turnos de experimentação. Elas transformam as praças das cidades em laboratórios ao ar livre, nos quais as ferramentas de ação política que elas esperam corresponder à enormidade do desafio são esboçadas ou descobertas por acaso, postas em teste, talvez até passando por um batismo de fogo.

É com esse tipo de problema que se espera/aguarda/exige que a União Europeia lide e que finalmente resolva. Os problemas em questão têm um denominador comum: uma crise de agência, de confiança nas agências existentes, e, cada vez mais, de confiança popular nas virtudes da democracia e em seu poder de atração. A União Europeia é uma das tentativas hoje mais avançadas de encontrar, ou desenhar do começo ao fim, uma solução local para problemas globalmente produzidos.

A Europa, exatamente como o restante do planeta, é hoje um lixão para problemas e desafios globalmente engendrados. Contudo, à diferença do restante do planeta e quase unicamente, a União Europeia também é um laboratório em que as maneiras de confrontar esses desafios e atacar esses problemas são esboçadas, debatidas e testadas na prática, em base diária. Eu iria longe a ponto de sugerir que este é o único fator (talvez até exclusivo) que torna a Europa, seu dom e sua contribuição para os assuntos mundiais, significativa para o futuro do planeta, que enfrenta a perspectiva de uma segunda transformação seminal na história moderna da coabitação humana: a de um salto esmagadoramente

laborioso, desta vez das “totalidades imaginadas” dos Estados-nação para a “totalidade imaginada” da espécie humana.

Nesse processo, ainda em sua fase inicial e precoce, e que deve continuar caso o planeta e seus habitantes sobrevivam, a União Europeia tem uma chance de realizar as tarefas conjuntas/combinadas de fazer uma surtida de reconhecimento, erguer uma estação intermediária e criar um posto avançado de fronteira. Não são tarefas fáceis e não têm nenhuma garantia de sucesso – assim como a maioria dos europeus, *hoi polloi* e também seus líderes, está fadada a confrontar o grande atrito entre prioridades conflitantes e escolhas difíceis. No entanto, como disse o presidente francês François Hollande em seu discurso em 14 de julho de 2013: “Política não é mágica, não é uma sacola de truques, mas uma questão de vontade, estratégia e coerência.” Com certeza. E também a unificação europeia – e, através dela, o sonho bicentenário de Kant com a *allgemeine Vereinigung der Menschheit* (“unificação universal da humanidade”).

J.M. Coetzee, um dos maiores filósofos vivos entre os romancistas e um dos romancistas mais consumados entre os filósofos, observou em seu *Diário de um ano ruim* que “não se formula a questão de por que a vida tem de ser comparada a uma corrida, ou por que as economias nacionais têm de competir uma com a outra em vez de sair juntas, em nome da saúde, para um trote camarada”.¹⁰ E ele acrescenta:

Mas Deus certamente não fez o mercado – nem Deus nem o Espírito da História. E se nós, seres humanos, o fizemos, não podemos nós mesmos desfazer, e refazê-lo sob forma mais amigável? Por que o mundo tem de ser um anfiteatro de gladiadores do tipo matar ou morrer, em vez de, vamos supor, uma colmeia ou um formigueiro ativamente cooperativo?¹¹

Essas são palavras simples, perguntas simples, não menos importantes e convincentes pela ausência de um argumento sofisticado cravejado de jargão acadêmico e mais preocupado em

trair uma casquinha do espírito dos mercados e marcar pontos que em chamar ao bom senso e estimular a razão humana a sacudir a inatividade e agir. Por quê? Deve-se ter em mente a pergunta de Coetzee sempre que tentarmos compreender a delicada situação da União Europeia, sempre que quisermos saber como nos metemos nisso e quais são, se houver, as saídas não trancadas para sempre. As necessidades de hoje nada mais são que restos sedimentados e petrificados das escolhas de ontem – exatamente como as escolhas de hoje originam as verdades emergentes de amanhã.

Estado e nação

CB: Antes de mergulharmos nas razões da crise do Estado, permitam-me esclarecer o significado de “nação”. A ideia de “nação” tem uma conotação cultural, e suas origens distantes são historicamente muito mais velhas que aquelas do Estado: ela ainda é reconhecível como nação mesmo quando suas fronteiras não foram demarcadas e, pelo menos formalmente, ainda não é um Estado com leis próprias. Uma população que seja reconhecida como nação se sente livre no território em que vive e não precisa estabelecer limites para a liberdade de movimento no interior do espaço que ela sente como seu.

Até hoje, um país só pode continuar a existir como um Estado que reforça a sua identidade e garante limites territoriais precisos, pois, enquanto a ideia de “nação” é um sentimento, o Estado – de forma mais pragmática – precisa de um território no qual se enraizar. Segundo Jürgen Habermas, por outro lado, a comunidade nacional não precede a comunidade política, mas é produto dela.¹² Uma afirmação que aceitamos em parte, se admitirmos que a ideia de nacionalidade só pode amadurecer no seio de um Estado (conforme declarou Massimo D’Azeglio, “Infelizmente, a Itália foi feita, mas os italianos não o serão”), o que, todavia, não leva em consideração a necessidade da presença de um núcleo de sentimento nacional (embora ainda não institucionalizado) sobre o qual construir um Estado.

Estado e nação andam juntos e sustentam um ao outro, mas algo começou a mudar nos anos 1970 e nas décadas subsequentes, correspondentes à dissolução da modernidade.

O antropólogo Arjun Appadurai foi o primeiro a relatar que o conceito de nação estava entrando em crise, pois a identidade cultural em si foi a primeira a ser prejudicada pela mudança em curso.¹³ O que estava sendo colocado em dúvida era a ideia de comunidade nacional, baseada na mesma língua, nos mesmos costumes, na mesma religião, na mesma cultura.

A abertura de fronteiras é precedida por uma abertura cultural que perturba antigas certezas. A ideia de nação aguenta enquanto minorias linguísticas, religiosas ou políticas são "confinadas" temporária ou geograficamente em "enclaves", em guetos, campos de refugiados ou abrigos. Assim, quando as comunidades diaspóricas começam a ver reconhecidos os seus direitos de cidadãos plenamente habilitados e a exigir o reconhecimento de sua "diversidade" quanto à obrigação de se integrar (o caminho costumeiro para a igualdade), a "unidade" da nação começa a se desagregar.

Já nos anos 1990, Appadurai falava de Estados pós-nacionais, nos quais as comunidades diaspóricas não eram mais ocorrências ocasionais ou temporárias, mas duradouras e estruturadas em sistemas, parte integrante da cultura e da história do país. O termo "pós-nacional" define melhor os conceitos anteriores de "multinacional" e "internacional", que continuam bem fortemente ligados à noção de dependência econômica, legal e prática em relação ao Estado de referência, até o sistema inteiro estar enfraquecido.

Nós vivemos num estado constante de crise, e essa crise também envolve o Estado moderno, cuja estrutura, funcionalidade e efetividade (inclusive o sistema de representação democrática) já não se ajustam mais aos tempos em que vivemos.

São muitas as questões críticas que confrontam o Estado moderno, e as causas são numerosas: algumas induzidas por mudanças históricas e culturais profundas, que tiveram lugar nos anos finais do século XX e na primeira década do terceiro milênio; outras por escolhas políticas e econômicas que produziram graves consequên-

cias na vida cotidiana das pessoas, exacerbando ainda mais sua distância das instituições.

Em primeiro lugar, deu-se a morte do modelo pós-westfaliano. Isso parece crucial para uma compreensão da condição presente, que se iniciou pela perda de significado desse modelo de equilíbrio entre Estados e perdeu por séculos como pedra angular das relações internacionais. Os Tratados de Westfália (Münster e Osnabrück) em 1648 (depois essencialmente reconfirmados pelo estatuto das Nações Unidas) estabeleceram alguns princípios básicos sobre os quais fundar os direitos e limites do Estado moderno, o novo sistema civil que nasceu das cinzas do feudalismo e que Hobbes representou metaforicamente no *Leviatã*: uma forma de força monstruosa constituída por todos os homens que se reuniram e se reconheceram numa unidade superior.

Baseado no princípio da soberania limitada, o modelo pós-westfaliano reconhece no Estado moderno a soberania absoluta e indivisível sobre seu território e sua propriedade nas relações internacionais, dos quais ele é sujeito exclusivo.

Se, por um longo período, Estado e nação foram capazes de viver juntos, unidos nos âmbitos histórico e legal pela indissolubilidade dos princípios fundamentais que a modernidade garantia, foi graças ao acordo feito nos Tratados de Westfália, no término da longa guerra religiosa que dilacerara a Europa por trinta anos. Desde então, os Estados modernos, na forma que nós os conhecemos por séculos, padronizaram o chamado "modelo pós-westfaliano", que estabelece regras para a estabilidade universal e reconhece a plena soberania de um Estado no interior de suas próprias fronteiras.

No terceiro milênio, foi o próprio modelo pós-westfaliano que entrou em crise, arrastando consigo o Estado moderno, cuja própria crise desencadeou não só a abertura de fronteiras, mas também a incapacidade demonstrada de manter seus compromissos com os cidadãos. Nessa fase, são as fronteiras "internas" que criam problemas. Segurança, defesa de privilégios, identidade, reconhecimento e tradições culturais, que outrora coincidiam com as fronteiras do Estado pós-westfaliano, foram alterados e são agora incertos e líquidos. Já não são mais confiáveis.

A dissolução de limites geográficos ou temporais impostos às comunidades diaspóricas leva ao bem conhecido fenômeno da reviravolta: se eram as majorias que, no passado, encerravam as minorias em "enclaves", hoje são essas mesmas majorias que se fecham dentro de "comunidades confinadas", protegidas por guardas, controles eletrônicos e sistemas de segurança – zelosas da privacidade não mais assegurada do lado de fora.

Agora está claro como esse modelo entrou em crise com o desenvolvimento da globalização, cuja força explosiva extinguiu fronteiras entre Estados e minou toda e qualquer reivindicação de soberania absoluta. As consequências da globalização, porém, não se limitam ao solapamento das regras das relações internacionais; elas também levaram a uma sublevação adicional, tirando o poder dos Estados-nação e promovendo-o a um nível superior. Agora o poder está distante e disperso num plano global, e separado da política com a qual estivera até então intimamente ligado. O Leviatã de Hobbes, privado de seu braço operante, é reduzido a um corpo mutilado que chafurda em impotência. Ele se agita, argumenta e proclama, mas nada pode fazer, mesmo quando toma decisões graves, pois a face operacional é de responsabilidade de outros. Já não pertence mais a ele.

A separação entre política e poder é letal para o Estado moderno – em especial se for um Estado democrático, cuja Constituição prometeu aos cidadãos deixá-los tomar parte nas decisões comuns, que agora são tomadas por órgãos não democraticamente designados nem controlados a partir de baixo. A tragédia do Estado moderno reside em sua incapacidade de implementar no âmbito global decisões tomadas localmente. Por exemplo, os cidadãos elegem seus representantes para o Parlamento Europeu, o qual, por sua vez, elege comitês e subcomitês em que decisões executivas são tomadas pelos órgãos organizacionais máximos, formados com base numa série de variações institucionais cuja complexidade deveria ser uma garantia de imparcialidade e independência.

Se fosse apenas uma questão de burocracia, complicada pela presença de mais de um órgão, o sistema ainda conservaria alguma

forma de democracia, apesar da inexistência de qualquer relação direta (não há *feedbacks* nem oportunidades para responder) entre os eleitores de um pequeno país europeu e o proponente de um regulamento comunitário. Contudo, o problema se torna ainda mais sério a partir do momento em que as decisões mais importantes nos âmbitos econômico, financeiro e do desenvolvimento não são tomadas por órgãos institucionais, como manda o sistema democrático, mesmo que seja uma rede bastante frouxa, mas por elites poderosas, holdings, multinacionais, lobbies e o chamado "mercado" – isto é, por um acúmulo de ações pessoais, consequências técnicas, reações emocionais, vontades políticas e interesses particulares que se sobrepõem de maneira bastante confusa e determinam o destino de milhões de pessoas sem nenhuma responsabilização. Tudo parece acontecer por ser assim que o mundo gira, e ninguém é capaz de se opor: não as pessoas que estão tomando as ruas, protestando, cuja única consequência, na melhor hipótese, é sintetizar uma opinião pública que, não fosse por isto, estaria distraída pelo excesso de informação; nem sequer o Estado-nação, que não tem nem nunca teve os instrumentos necessários para operar em escala global, uma vez que a questão jamais foi suscitada antes.

Além de serem físicas, políticas, legais e econômicas, em obediência ao modelo pós-westfaliano, as fronteiras sempre mantiveram um equilíbrio de forças e um relacionamento que hoje não existem mais.

A crise do Estado coincide com a crise do modelo pós-westfaliano, cujas certezas foram varridas pela abertura das fronteiras, por intercâmbios cada vez mais rápidos num âmbito global ou supranacional e, não menos, por uma cultura que não se restringe mais ao plano local, e é profundamente influenciada por sugestões, informações e comentários vindos de todas as partes do mundo. A aldeia global de McLuhan foi criada (ou está sendo criada) graças a permutas econômicas e culturais, mas às expensas dos sistemas estatais, que não se alinham mais com esses tempos de mudança.

Em toda parte onde o Estado busca manter sua identidade intocada, mesmo que apenas sua identidade cultural (semelhante àquela da nação), ele implode com violência. O fator desencadeante

é sobretudo a informação e, por conseguinte, a consciência de que a mudança leva a novas necessidades.

As comunicações desenvolvem a imaginação e expandem o desejo. As novas tecnologias (telefonia móvel, internet, redes sociais) têm menos importância no desencadeamento dos processos libertários mais recentes (a partir da Primavera Árabe) que a informação, o conhecimento e a comparação com outras realidades. É o conhecimento que nos conscientiza de nossas diferenças em relação aos outros e produz desejo e ação. A tecnologia só proporciona os instrumentos necessários. A imaginação que desencadeia rebeliões é abastecida pela difusão ampla de novas tecnologias que nenhum Estado, mesmo aqueles determinados a manter a integridade de suas fronteiras, pode obstar. O uso de força é dispensável. Nenhum poder pode deter a imaginação quando ela é alimentada por conhecimento e comunicação.

Segundo um velho ditado, "saber é poder", e na política o conhecimento sempre foi crucial, em especial quando foi necessário tomar decisões causadoras de problemas para a população. Por essa razão, todos os movimentos libertários sempre insistiram na educação das classes sociais mais fracas, em combater a ignorância e, com isso, a incapacidade de acesso ao conhecimento.

Os governos buscaram novas alianças na economia, o que descobriram ser um instrumento infalível para permitir a continuação de seu exercício do poder. Os mercados, lugares virtuais – os *não lugares* segundo Marc Augé,¹⁴ destituídos de territorialidade, impessoais e invisíveis – tornaram-se agora a arma máxima de um poder supranacional que não precisa mais do Estado para funcionar. A força desses poderes é inegável pela simples razão de eles terem sido separados do controle político, o qual de algum modo tinha que levar a população em conta e implementar uma forma de democracia – isto é, de "participação" na vida coletiva. Afastado da política, o poder, no sentido econômico, se desconectou de todo e qualquer viés ou limitação de atividade. Está livre para expressar toda a sua agressividade potencial na busca de seus objetivos primários, e é, por conseguinte, uma vantagem econômica.

Aqui também o conhecimento desempenha um papel importante. Conhecimento da economia, conhecimento dos mercados e de sua operação seriam essenciais para contrabalançar o poder. Mais uma vez, a força deste último se baseia na ignorância das pessoas: operações e decisões implementadas pelo governo para e em relação aos mercados são passivamente aceitas, num espírito de resignação que é muito semelhante ao fatalismo. Sem a possibilidade de responder ou criticar, não há nada além de protestos embotados e confusos.

O poder e a política, porém, não são dois mundos separados viajando em dois níveis diferentes, sem jamais se encontrar. Sua separação não se deve a incompatibilidade, intolerância e incompreensão. É uma separação de conveniência, por necessidades operacionais, exatamente como os casais que só estão formalmente separados por causa do imposto de renda. O poder e a política, unidos, andavam de mãos dadas quando o Estado era monarca absoluto e o modelo pós-westfaliano ainda vigia.

A separação enfraqueceu a política e a tornou "dependente" do poder supranacional, com o qual, contudo, ela manteve relações amigáveis para benefício mútuo. Na verdade, apesar de ter adquirido uma posição autônoma esmagadora, o poder necessita da política para realizar-se, para alcançar as comunidades mais remotas no planeta, onde possa afirmar seus imperativos econômicos. Sem a aquiescência da política, a tarefa seria muito mais difícil; o poder teria dificuldades para impor suas regras.

Como estamos lidando com um poder econômico, é preciso dizer que, para realizar seus propósitos, torna-se conveniente e apropriado aplicar os princípios econômicos mais liberais e competitivos, os princípios clássicos advogados por Adam Smith no século XVIII, nos termos dos quais a prática do *laissez-faire*, *laissez-passer*, referente ao movimento livre de bens, é perfeitamente harmônica com a lógica da globalização.

Nenhuma restrição, nenhum obstáculo ou direito aduaneiro na troca de produtos entre todos os países do mundo – isso sem falar no movimento de dinheiro, que representa o valor simbólico dos bens e é aceito em toda parte. Princípios liberais ou neoliberais –

porque adaptam os ensinamentos de Smith, Ricardo e seus seguidores às necessidades do mundo contemporâneo – são endossados pela maioria dos Estados ocidentais que estão sofrendo a crise do modelo de referência pós-westfaliano, e considera-se com subalteridade que sua aplicação seja a única saída da dissolução.

Esse comportamento de autopreservação revela todo o horror de uma perspectiva de inutilidade futura, a última – a única – chance de evitar tornar-se um balcão estatal de serviços sob encomenda para cidadãos, sem nenhuma possibilidade de decisão nem de controle. Para evitar o destino de tornar-se apenas um serviço público, sem poder e sem política, o Estado se agarra à única oportunidade proporcionada pelo poder econômico para manter um alto nível de função que justifique sua existência e aquela dos *grand commis*, os “grandes funcionários” que o animam e dele tiram seu sustento: adotar políticas neoliberais.

Essa operação faculta a recuperação de um certo controle sobre a população, apesar de resultar de decisões tomadas alhures, e das quais o Estado se torna arauto e intérprete no âmbito local.

Por conseguinte, os Estados são agora executores de um poder superior contra o qual não há oposição, ao qual, na verdade, convém submeter-se em nome da manutenção do statu quo. As consequências para a população – cotidianas, econômicas e sociais – não serão aqui tratadas, pois são fáceis de compreender e estão aí para que todos as vejam – todos os que vivem onde o neoliberalismo foi posto em prática. O fato é que, no total, a crise do modelo pós-westfaliano significou o cancelamento do Estado de bem-estar social e da maioria das promessas que a modernidade tinha feito a seus cidadãos.

As dificuldades de administração, a futilidade das medidas corretivas necessárias para lidar com uma emergência que não tem mais fim, são consequência disso. Todos tentam encontrar soluções locais (as únicas permitidas) para problemas globais, quando se impõem soluções globais. Para que o Estado volte a desempenhar sua plena função institucional, para que ele recupere o poder perdido para sua sucursal, a política, ele tem de ser um Estado global, capaz de intervir no plano adequado de autoridade.

Em vez de enfrentar esse problema, a tendência corrente em todas as nações ocidentais, em diferentes graus, é não o assumir.

O resultado é uma espécie de “estatismo sem Estado”, como define Balibar, o que é uma forma de “governança” indireta, que se exime de toda responsabilidade, transferindo sua obrigação para o indivíduo. Por trás dessa escolha, dessa resposta à crise do modelo pós-westfaliano, incapaz de encontrar um substituto acessível no momento, está a chamada “filosofia neoliberal”, que, por natureza, é mais pragmática que ideológica, num mundo em que as falsas certezas da ideologia foram banidas por algum tempo. O neoliberalismo é quase uma decisão natural, o instrumento de autoproteção de um Estado que pretende agarrar firmemente as rédeas da democracia, que faz referência à democracia representativa, pelo menos formalmente, mesmo que tenha perdido o poder. Isso acontece porque o neoliberalismo, como o nome indica, nada tem de assertivo, repressivo ou intrusivo. Ele permite liberdade de movimento, mas delega a setores privados a maior parte das responsabilidades originais do Estado. Foi assim que chegamos a essa forma completamente nova e não usual de governo, sem responsabilidade final – quer dizer, um “Estado sem Estado”, que é realmente pós-moderno, ou, antes, pós-pós-moderno.

ZB: O trabalho de Hobbes foi um dentre os numerosos esforços para dar fundamentos teóricos (combinados com legitimação ao mesmo tempo pragmática, funcional e ética) às novas habilitações e capacidades conferidas ao soberano pela fórmula *cuius regio eius religio* (“de quem é a região, siga-se dele a religião”), do arranjo westfaliano em duas fases – Augsburg (1555) e Osna-brück/Münster (1648). Entre esses esforços, pode-se argumentar razoavelmente que o mais influente foi, em seu tempo, *De la République, ou traité du gouvernement*, de Jean Bodin, publicado em 1576, quatro anos após o massacre da Noite de São Bartolomeu, que desencadeou a última e talvez mais sangüinária, devastadora e alarmante de uma série de guerras religiosas pós-Reforma.¹⁵ Bodin proclamou “o poder absoluto e perpétuo de

uma República”, ao mesmo tempo que declarava, ao explicar o significado da natureza absoluta do poder nos Capítulos 8 e 10 do Livro I, que “o Príncipe soberano só presta contas a Deus”. Embora continuasse a ser um católico fiel e, coerentemente, adversário e crítico da tendência protestante de buscar a validação do poder do Estado na autoridade do povo, ele era ao mesmo tempo um oponente vigoroso e áspero da interferência papal na integridade do poder do príncipe.

Intencionalmente ou não, Bodin, como Hobbes, pavimentou o caminho para separar as ideias de poder principesco e unção divina, caminho que afinal o levou a substituir *religio* por *natio* na fórmula westfaliana. Ao sugerir que o príncipe só responde a Deus, Bodin, como Hobbes, manobrava a fim de preservar para o príncipe a prerrogativa do tipo de soberania inalienável e indivisível antes conferida com exclusividade por desígnio divino, ao mesmo tempo que desgastava sua dependência em relação às comissões eclesiásticas de credo.

Todos os traços dos “t” foram postos e os “i” restantes foram pingados por Carl Schmitt, pontificando que “todos os conceitos significativos da teoria moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados. ... O Deus onipotente tornou-se o legislador onipotente. ... A exceção em jurisprudência é análoga ao milagre em teologia”.¹⁶ Schmitt identificou que essa passagem de bastão se localiza no racionalismo do século XVIII, em particular no preceito de Rousseau de “imitar os decretos imutáveis da divindade” como ideal de vida legal do Estado (Schmitt cita com aprovação uma sugestão de 1902, de Emil Boutmy, de que “Rousseau aplica aos soberanos a ideia que os filósofos tinham de Deus: ele pode fazer tudo o que desejar, mas não pode desejar o infortúnio”); ou, recuando ainda mais, até Descartes, que escreveu numa carta a Mersenne: “Foi Deus quem estabeleceu as leis da natureza, exatamente como um rei estabelece leis em seu reino.”¹⁷

É sintomático, bem como crucial, das noções modernas de Estado, de poder e de soberania que Schmitt tenha escolhido a equivalência entre *exceção legal* e *milagre* como argumento para

rematar sua conclusão de que as três não passavam de variedades secularizadas de teologia. A presunção subjacente, tácita, embora indispensável, é que a substância do ato de propor ou criar leis é a seguinte: o critério de escolha está nas mãos do propositor ou autor, e em nenhum outro lugar; em última análise, foi a vontade de um e outro que fez toda a diferença entre a proposição ou o expediente de fato escolhido e a multidão de proposições ou expedientes possíveis – concebíveis, apesar de não implementados.

A prerrogativa de escolha se aplica das duas maneiras: o que foi feito pode ser desfeito; o que foi escolhido à vontade pode ser abandonado à vontade. O que foi soerguido ao status de norma universal obrigatória pode ser suspenso por um tempo, ou sua aplicação pode ser confinada a uma norma menos universalmente obrigatória. O propositor/autor pode escolher uma lei segundo sua vontade, e segundo sua vontade, e somente a sua vontade, pode abrir exceções à aplicação. É nessa aptidão do soberano, de não estar restringido pela norma que ele mesmo criou, na sua aptidão de fazer exceções, no seu direito e na sua capacidade de obrigar ou desobrigar, impor uma norma tanto quanto uma exceção à norma, que jaz a substância da soberania. Em última análise, “a ordem legal repousa sobre uma decisão, e não sobre uma norma”.¹⁸

No final do dia, é o cancelamento/suspensão de uma norma que dá a prova conclusiva de soberania. Não é a prerrogativa de legislação e de fazer uma norma obrigatória que define a soberania do poder; a prova suprema da capacidade efetiva é a prerrogativa da escolha: manifestação da capacidade de *suspendere* a lei, de *excludere* da lei – e, levando todos os aspectos em conta, de fazer *exceções* à norma. O governante é um soberano à medida que tem o poder de escolher entre as duas opções. Compromissos podem ser obrigatórios porque repousam sobre a lei natural, como sugeriu Jean Bodin; mas, em caso de emergência (por definição, uma condição “anormal”, que impõe desafios anormais e demanda passos anormais), “cessa o vínculo com princípios naturais gerais”, como Bodin também indicou.¹⁹ Este foi, afinal, segundo

a Santa Escritura, o expediente comum empregado sempre que a autoridade do Senhor foi questionada e posta em dúvida.

Quando Moisés, enviado em missão junto ao faraó, temeu que este negasse reconhecimento à origem divina da mensagem que trazia, o Senhor prometeu a seu mensageiro: “Estenderei a mão e ferirei o Egito com todas as maravilhas que farei no meio dele” (Êxodo 3:20-1). Com o propósito de “imitar os decretos *imutáveis* da divindade”, o poder mundano – o soberano – tinha de demonstrar sua prerrogativa de tornar seus decretos *mutáveis*. Sem essa possibilidade, a prerrogativa de fazer decretos verdadeira e incondicionalmente imutáveis suportaria a soberania do soberano da mesma maneira que o nó corrediço suporta o enforcado. Foi o feito espetacular de *ignorar* a norma, não as pequenas tarefas enfadonhas para sustentar sua monotonia, que trouxe à luz – ocasional, mas memoravelmente – o poder indomável do soberano. Maquiavel nunca se cansou de lembrar a seu príncipe que seus feitos desse tipo tinham de ser repetidos várias vezes, para mantê-los sempre frescos na memória daqueles que ele governava. Assim como a prerrogativa de Deus de fazer milagres, a capacidade do príncipe de suspender leis e fazer exceções à regra o torna uma perpétua fonte de incertezas esmagadoras e incapacitantes para seus súditos. Podemos conjecturar que era isso mais ou menos o que Maquiavel tinha em mente ao instruir seu educando a contar e confiar mais no medo dos súditos que em seu amor.

Em seu estimulante estudo recém-publicado,²⁰ Ulrich Beck batizou Angela Merkel, chanceler alemã e grande mestra dos segredos e subterfúgios da política, de “Merkiavel”: uma encarnação atualizada, com os poucos ajustes menores exigidos pelo palco recentemente remobiliado da impressionante/atemorizante aptidão do príncipe para violar a norma e a rotina, anulá-las e esvaziá-las, ao torná-las norma *sui generis*. A consciência de que a monotonia do normal pode ser rompida pelo príncipe a qualquer momento, e que a escolha desse momento está plena e verdadeiramente em poder do príncipe, e somente dele, não

deve nunca se desvanecer na mente dos súditos. A capacidade do príncipe de contrariar a norma o situa à parte do restante do Universo, observando fielmente o conselho de Nicolau Maquiavel. “Merkel se posicionou”, escreve Beck:

entre os construtores da Europa e os adeptos ortodoxos do Estado-nação *sem* ficar de nenhum dos lados – ou, antes, ela deixa ambas as opções em aberto. ... O poder de Merkiavel é fundado na sua circunspeção, no seu desejo de não fazer *nada*. ... A estratégia de negar assistência – *não* fazer nada, não investir, não disponibilizar créditos nem fundos, ... a hesitação como meio de coerção –, este é o método de Merkiavel. Essa coerção não é uma incursão agressiva do dinheiro alemão, mas o oposto. É a ameaça de retirar, atrasar ou negar créditos.²¹

Eis o problema: coerção para rendição por meio de *ameaça de retirada*. Procrastinar, prevaricar, esconder as cartas, resistir a tomar decisões e conseqüentemente deixar as próprias mãos desatadas e as próprias intenções impenetráveis são meios recém-encontrados para manter os outros protagonistas confusos, na obscuridade, com as mãos algemadas e a capacidade de tomar decisões – e menos ainda fazê-las prevalecer – paralisada. Isso conserva as próprias opções abertas, ao mesmo tempo que fecha as opções dos outros; manter os próprios movimentos inescrutáveis e, por conseguinte, tornar os cálculos dos outros precoces ou natimortos, e de modo geral ineficazes. Feitas as contas, isso reconstrói a luta pelo acesso à tomada de decisão como um toma lá, dá cá, um jogo de soma zero.

Atribuir as táticas de Merkiavel à sua própria perspicácia, sutileza ou habilidade, contudo, seria inconfortavelmente (e equivocadamente) quase negligenciar a floresta em que esse fenômeno particular é apenas uma das árvores mais comuns. A ameaça de retirada e de abandono do jogo, enquanto deixa os outros jogadores cozinhando em seus próprios caldos, tornou-se uma das estratégias mais empregadas e, a maioria concordaria, mais

efetivas de dominação – estratégia que não é confinada somente ao jogo da política nem a uma só escola de pensamento na arte da luta pelo poder. Ela tem suas raízes na atual quebra unilateral da dependência antes recíproca entre o dominante e o dominado.

Enquanto a reciprocidade da dependência entre patrões e mão de obra por eles contratada levava, mais cedo ou mais tarde – a longo prazo, se não a curto ou a médio – à mesa de negociação, a compromissos e acordos consensuais (mesmo que temporários), a dependência unilateral torna o consenso muitíssimo improvável, ao mesmo tempo que facilita decisões não consensuais unilaterais da parte dos patrões, agora não mais presos a um local e livres para mudar-se para outras partes do mundo. Movimentos de capital não são mais confinados às fronteiras dos Estados, a preferência da força de trabalho local e seu poder de barganha não precisam mais ser levados em conta – isso sem falar em exigências tais que possam comprometer os interesses dos patrões (ou dos acionistas) em deslocar-se para onde o melhor empreendimento, isto é, os mais altos lucros, possa se encontrar. Os autóctones tampouco precisam ser encarados como um “exército de reserva de mão de obra” ao qual os proprietários de capital necessariamente terão de recorrer se os negócios exigirem uma ampliação de investimentos. Assim, a necessidade de manter esses possíveis trabalhadores em boas condições (bem alimentados, vestidos, abrigados, educados e treinados) já não “faz sentido econômico” para um capital agora consciente de pertencer ao “espaço de fluxos” de Manuel Castells – um espaço eminentemente imune aos caprichos das políticas locais.

É a nova independência do capital vagueando no “espaço de fluxos” (que, à diferença do “espaço de lugares”, não é fatiado em espaços politicamente separados e regiões que, claro, olham para dentro); um espaço repleto de oportunidades de lucro que os negócios errantes/flutuantes detestariam – e isso seria completamente improvável – negligenciar e se permitir perder; e que está por trás da retirada unilateral de apoio dos negócios a compromissos (antes “para além da esquerda e da direita”) com

o “Estado de bem-estar social”; e está por trás, também, da desigualdade global e intrassocial que hoje cresce a um ritmo não experimentado em nossa parte do mundo desde o século XIX. O presente estado do jogo promove competição encarniçada, egoísmo, divisões sociais e desigualdade com o mesmo vigor e a mesma lógica inatacável com que a condição de “dependência recíproca” gerou limitações à desigualdade social, fortalecimento de compromissos, alianças sólidas e duradouras, e, em resumo, solidariedade humana.

Tudo isso se aplica aos Estados-nação, tanto quanto às corporações de negócios. Não obstante, no caso de “*frau Merkiavel*” – que, afinal, extrai seu poder da liderança de uma entidade política territorialmente fixa –, a situação é um pouquinho diferente: a opção de ir para outro lugar se as coisas em casa ficarem quentes demais não está aberta para ela. Por mais dominante que a posição da Alemanha na Europa ainda possa se tornar, a dependência entre a Alemanha e a Europa continuará a ser recíproca. A Alemanha precisa da Europa e da unidade europeia tanto quanto os membros menos expeditos e mais fracos da União precisam de uma economia alemã forte e estável. Uma estratégia calculada para produzir mais incerteza, ansiedade e medo, a fim de obrigar os atores a uma postura de submissão ao monopólio que define o tom do seu pagador, tem seus limites intransponíveis; e sua transgressão se mostraria devastadora para os atores, mas também, em última análise, para o pagador.

A procrastinação não pode, portanto, ser estendida *ad infinitum*; a incerteza deve ser detida antes de levar a uma incapacitação total dos atores, e não deve permitir que nenhum dos participantes deixe (ou possa se dar ao luxo de deixar) a mesa de negociação; essa perspectiva é tão aterrorizante e inaceitável para Chipre e Grécia quanto para a Alemanha (e, com efeito, para a Grã-Bretanha, apesar das poses de Cameron, calculadas para aplacar as facções reacionárias e intolerantes de seu partido). Os mesmíssimos interesses empresariais que os governos em tese devem proteger e promover, em seu papel de delegacias locais de

polícia encarregadas da lei e da ordem capitalista, não permitiriam que as coisas fossem tão longe.

Desse modo, os protagonistas e adversários de todos os matizes estão fadados a permanecer, queiram ou não, por intento ou à revelia, na companhia um do outro. Eles estão destinados a se encontrarem outra vez – amanhã, depois de amanhã, no final da presente rodada de negociações orçamentárias e no começo da próxima. Quem quer que ameace interpretar um enredo diferente cedo ou tarde seria pego em seu blefe.

Hobbes e o Leviatã

CB: No começo havia um monstro, Leviatã, uma presença sombria recalcada na consciência pública do mal. A imagem do Leviatã de Hobbes representa bem a perspectiva de composição do Estado moderno nutrida pelos habitantes do século XVII, que estavam cansados de viver num mundo governado por sorte, desordem e corrupção, cansados de guerras religiosas e de uma existência baseada na lei primordial da sobrevivência dos mais aptos. Mais importante, as pessoas estavam ávidas por desenvolver seus negócios num clima de equidade recíproca.

O Leviatã, como podemos ver na capa da edição original do livro, de 1651, é uma monstruosidade biológica que vem da tradição bíblica, seu corpo é formado por corpos de seres humanos – um pouco como os retratos de Arcimboldo, cujas feições são feitas de vários objetos arranjados de modo a criar a ilusão de ótica de formar um todo. Na verdade, as composições de Arcimboldo antecipam o gosto de uma época que parece sentir a necessidade de encontrar a unidade perdida, reunir e arranjar os vários segmentos da sociedade, usando-os segundo sua funcionalidade, para construir um equilíbrio que já não é mais natural, mas “humanizado”; isto é, que se inclina à necessidade do homem de unificar forças e sujeitar-se a leis que tornem possível a composição de uma sociedade civilizada.

Superando o conceito “natural” de sociedade, Hobbes enfatiza o caráter artificial de sua criação: “A arte vai ainda mais longe, imitando a obra Racional e mui excelente da Natureza, o *Homem*. Pois pela Arte é criado aquele grande Leviatã que se chama Comunidade, ou Estado (em latim *Civitas*), que não passa de um Homem Artificial.”²²

O Leviatã é, portanto, um todo composto por vários homens cuja tarefa é desempenhar todas as funções vitais necessárias; e cada um deles tem uma tarefa diferente, dependendo da posição na qual está situado; e o funcionamento do complexo “mecanismo” depende da uniformidade e da regularidade com a qual todos cumprem o seu dever. A regularidade do todo é assegurada pela cabeça (a “alma” do Leviatã), isto é, a vontade superior de um “soberano” que, como revela claramente a etimologia da palavra, “situa-se acima”. Ele decide, dirige, incita e determina as ações do todo no interesse de cada um. Cada membro precisa adaptar-se a essa vontade superior, de outro modo, há risco de o sistema entrar em colapso.

Neste insight inovador e extraordinário sobre o Estado moderno, podemos encontrar a plena implementação do princípio de solidariedade social que está na base de todas as sociedades, embora a trivialidade do lema “um por todos, todos por um” seja sutilmente reinterpretada (com uma pequena modificação semiológica nem sempre compreendida), referindo-se menos ao indivíduo que à unidade do todo. Aquele que provê a todos, e que, por conseguinte, espera que todos participem de seu sustento (defesa ou desenvolvimento), é claramente o Estado. A nova entidade moderna possui força sobre-humana, muito maior que a das várias autoridades tradicionais do passado – ainda mais forte porque não depende de investidura divina, de hereditariedade do poder nem de imposição de força física, mas da vontade de todos. Ou pelo menos daquela da maioria, a qual introduz outra identificação, corolário da modernidade, que é a delegação do poder pelo mecanismo de representação coletiva, em geral denotada pelo termo “democracia representativa”.

Apesar dessas considerações, está claro que o Estado moderno, desde o seu começo na figura do Leviatã, já continha em si uma forma de massificação, uma fonte significativa de repressão da auto-

nomia individual, em contraste com a outorga de liberdade "econômica" para a classe média, que tinha permissão para empreender atividades produtivas e comerciais por sua própria conta e risco. Se essa contradição parece inexplicável e incoerente com a exigência de formar o conjunto do Leviatã, contudo ela pode ser legítima e, a seu próprio modo, coerente, quando o caráter classista da modernidade se torna aparente. Em outras palavras, todos aqueles (e são a vasta maioria) que não possuem a habilidade, a vontade e os meios para contribuir para o desenvolvimento econômico, cultural e cívico do Estado se limitam a cumprir seus deveres como cidadãos; isto é, levar a cabo as suas atividades em seus campos de competência, o que significa trabalhar juntos a fim de assegurar a força, a defesa, o sustento e todos os serviços necessários para a sobrevivência de todos e, portanto, também da minoria privilegiada. Sua contribuição é fundamental e, por essa razão, deve ser garantida a todo custo, seja por persuasão ou por força, para que o Estado – por intermédio de seus membros "ativos" (empreendedores, negociantes, intelectuais, líderes) – possa progredir.

Não é de surpreender que a política dos países mais industrializados – a Inglaterra em primeiro lugar – tenha sido realizar ações imediatas para mitigar a alienação social, voltadas para os pobres, os desabrigados e destituídos que se amontoavam à margem das cidades industriais. As várias "Leis para os Pobres", aprovadas sucessivamente entre os séculos XVI e XIX, estavam menos preocupadas em alimentá-los e cuidar deles num sentido de caridade cristã – como a Igreja tinha feito até então – que em reintegrá-los no processo de produção. Os pobres ganhavam a dignidade de um emprego não por desígnios humanitários, mas para um propósito social, de modo que pudessem contribuir para o avanço total de sua condição humilde, sem depender da comunidade; tanto assim que sua destinação, antes os asilos ou abrigos dilapidados geridos pelas paróquias, foi a fábrica, onde se exigia o trabalho obrigatório. Essa era uma forma barata de trabalho forçado que serviu para aumentar os lucros e abaixar os preços de produção da indústria emergente.

O progresso em si está nas mãos de poucos e no sacrifício de todos em nome do bem comum. A diferenciação social se estabelece assim, a princípio, na ideia de modernidade, da qual se alimenta, separando os "sacrificados", os condenados a desempenhar funções vitais para o Leviatã, dos que contribuem de alguma outra maneira, privilegiados pela oportunidade de viver uma vida melhor.

Obviamente, o princípio de democracia representativa descende de tudo isso. O grande número, apenas em virtude do dever fundamental que dele se exige de garantir a continuidade do Estado, só pode "delegar" seu poder de decisão a outros, mais experientes e dedicados a essa tarefa. Trata-se de uma democracia imperfeita, como observou Rousseau, que mal se faz distinguir da constituição do próprio Leviatã, baseada na rendição parcial da autonomia individual daqueles que são cidadãos do Estado e, por conseguinte, induzidos a cumprir seu dever e sua função sem questioná-los. O objetivo do Estado moderno é determinado em parte pelo questionamento desse princípio absoluto: a presunção de criticar a conduta do Executivo, a recusa a delegar poder individual a menos que ele possa ser monitorado, o pecado original da preponderância do eu, que põe em perigo o equilíbrio duramente alcançado três séculos antes.

O Estado é o grande aparelho regulatório das nações modernas. Ele foi estabelecido já no século XV, demonstrando desde logo sua capacidade de manter o controle das populações dispersas e sem identidade que emergiram do feudalismo. Thomas Hobbes antecipou o estabelecimento do Estado moderno em *Do Cidadão* (1642) e *Leviatã*, em que a multidão ("a turba dispersa") se torna uma população na união com o soberano, ao tornar-se subordinada ao seu poder unificador. O povo, com o soberano que o representa, torna-se uno. Contudo, ele abre mão parcialmente de sua autonomia e de suas prerrogativas de liberdade em favor da proteção proporcionada pelo Estado.

O Estado moderno foi criado em virtude desse contrato entre as massas e o soberano, com o qual elas formam uma unidade coesiva em que são capazes de se identificar. Os conceitos de nação, cultura e tradição são implantados de modo permanente, e o princípio de regionalização – isto é, o vínculo com o território que acomoda

a propriedade privada, o centro dos interesses pessoais e da vida familiar – se afirma. Tudo isso – com o acréscimo de língua, tradições, religião e cultura comuns – ajuda a transformar a multidão, constituída por indivíduos, num corpo unido, compacto, que se torna um povo. Em troca da garantia de direitos legais, segurança, ordem e liberdade para negociar, o Estado moderno estabelece a obrigação explícita de pagar impostos e, implicitamente, exerce o controle social. Rude e formal em sua primeira aplicação, ele se tornou cada vez mais requintado com a instituição de arquivos e certidões de nascimento, morte, casamento e mudança de residência; registros de propriedade e de terra; documentação de vendas e heranças de propriedade; e licenças para comércio, produção e construção.

A opressão violenta de um Estado intrusivo foi depois substituída pelo condicionamento – embora não menos invasivo – do pensamento individual, tal como implementado pelo poder hipnótico da televisão e de outros meios de comunicação de massa, cuja forma de comunicação de cima para baixo – autoritária e persistente, de um para muitos, em mão única – confirmou ainda mais efetivamente a massificação e a validação da consciência. Theodor W. Adorno, com outros membros da Escola de Frankfurt, estava certo ao criticar com severidade o condicionamento levado a cabo pela cultura de massa (processo que ele chamou de “indústria cultural”), com a emergência de valores artísticos efêmeros, usados somente para sustentar o mercado.²³

Assim, o Estado moderno nasceu como um órgão profundamente antidemocrático, um arranjo de cabresto que não podia ser negociado nem questionado. O soberano tinha poder absoluto de decisão que vinha de uma delegação do tipo “carta branca”. Não há necessidade de mencionar as razões para a delegação. São aquelas já mencionadas quanto ao reconhecimento de direitos individuais e da propriedade privada, da liberdade de comerciar e de tomar medidas de forma oficial, bem como de usufruir dos serviços providos pelo Estado. Em retorno a esses benefícios, os cidadãos abrem mão de sua própria autoridade e autonomia, em troca de obrigações, como pagamento de impostos, serviço obrigatório em caso de guerra, obediência às leis e regulamentos impostos. Até esse ponto, não

há democracia. Há somente um poder superior (o Estado moderno) com suas necessidades organizacionais e funcionais e suas capacidades de apoiar seus cidadãos e o soberano.

Isso não se dá do mesmo modo na democracia moderna. Enquanto em Hobbes há identidade entre soberano e Estado, é mais difícil identificar o Estado dentro do conjunto heterogêneo de representantes atuais. Aqui, representação é divisão; não existe mais apenas um soberano, mas uma ampla gama de delegados, dos quais o Estado democrático é formado. É mais fácil se identificar com um representante eleito que com uma variedade deles, que têm a tarefa de formar o Estado, até quando não fazem parte da maioria e combatem as decisões da maioria. Por outro lado, se todos os representantes são eles mesmos o Estado, isso em si justifica a dificuldade de distinguir um partido de outro, a maioria e a oposição. Ambas se movem dentro do mesmo sistema, ambas são o Estado, e a distinção ideológica que as caracterizaram até recentemente foi eliminada, apagada para sempre da história.

As coisas se complicam quando a introdução de processos democráticos despedaça o caráter absoluto da delegação implícita: o indivisível que tudo coleta. Necessidades democráticas pedem que a delegação implícita (se obtida por ato de força, por herança, por direito divino ou pela execução de acordos dinásticos) seja substituída pelo sufrágio, a eleição por maioria absoluta. Trata-se de uma inovação que não devemos subestimar, pois o soberano não é mais investido de autoridade suprema por uma lei superior, mas pela vontade do povo, isto é, a partir de baixo. Em razão de representar o Estado, a unidade nacional, é necessário ter a aprovação da maioria da população.

O Estado republicano nasceu. E não importa se o voto é direto ou indireto, por a eleição de um grupo de representantes que será responsável pela eleição do presidente da República. Embora o presidente da República (como em muitos países, inclusive a Itália) possa ser somente uma figura de garantia, responsável por supervisionar a conformidade com a Constituição e nomear o chefe de Estado, o princípio continua o mesmo: a delegação é absoluta e não há direito de retirá-la, pelo menos não pelo período da legislatura.

ZB: A palavra hebraica “Leviatã” é traduzida na New English Bible (como decerto em seu uso no hebraico moderno) por “baleia”. No Livro de Jó (40, 41), ela é referida por Deus como uma das provas vivas dos poderes criativos exclusivamente divinos, os quais Jó, em comum com todos os demais seres humanos, jamais poderá igualar, só contemplar e obedecer. Sobre o Leviatã, Deus pergunta a Jó (uma pergunta retórica, se é que era uma pergunta): “Serás capaz de passar-lhe um junco pelas narinas, ou perfurar-lhe as mandíbulas com um gancho? ... Fará uma aliança contigo para que faças dele o teu criado perpétuo? ... A tua esperança seria ilusória, pois somente vê-lo atemoriza.” Dá para perceber o sarcasmo de Deus, desafiando Jó a realizar proezas obviamente além do poder humano e caçoando dele, um membro da raça humana, por sua insolência. Insolência unicamente humana, com certeza. O Leviatã expõe a pretensão e desnuda a futilidade dos sonhos humanos (eu repito, *unicamente* humanos) de dominar e subjugar o poder de algo que não é de sua criação e que ele não é capaz de controlar, menos ainda de forçá-lo à servidão.

Essa imagem bíblica particular inflamou a imaginação humana como poucas outras visões míticas, se é que alguma o conseguiu. Ela sofreu, ao longo do milênio, todos os tipos de operações de reciclagem, e, como Carl Schmitt resume em *Der Leviathan in der Staatslehre der Thomas Hobbes* (1938), a riqueza das suas interpretações teológicas e históricas é monstruosa. Contudo, como você observou corretamente, Carlo, a “monstruosidade biológica” foi investida por Hobbes de um novo significado, em vista de ajustá-la ao discurso sociopolítico que o autor tinha em mente. Essa novidade seria contemplada pelo desenho de capa da primeira edição, representando um imenso homem de armas composto por uma multidão de pequeninas figuras humanas (em outras palavras, um desenho “fractal”, reiterando a mesma estrutura em níveis sucessivos da composição). O conceito envolvido no desenho, como Hobbes explica no Capítulo 17 do segundo livro (“Sobre o Estado”), é uma pessoa ou corpo imenso e pode-

roso – o Estado – nascido de reunião e permanência da união de um grupamento de indivíduos humanos, ao mesmo tempo que provê uma estrutura na qual sua convivência, a partir de então, é contida; embora, no final do Capítulo 28, o referente do “Leviatã” no título se restrinja à pessoa do “Governador” (*Rector*, em latim), o detentor do poder supremo, o distribuidor de recompensas e punições que sustentam o Estado como uma totalidade cimentada graças à sua unidade política. Assim, ele se torna parecido com o Leviatã sobre quem Deus opinou, que não tinha iguais entre os poderes mundanos.

Como sabemos, a outra figura mítica, a de Beemot, simboliza, na caixa de ferramentas de metáforas políticas de Hobbes, a outra força que o Leviatã confronta, luta para desarmar e submeter: a saber, a força da anarquia, da rebelião e da inimidade destrutiva em todos os tempos embutida no “estado natural” dos seres humanos, a menos que o estado de natureza seja substituído ou submetido por um “estado artificial” personificado pelo Leviatã, essa força poderosa composta por muitos seres singulares, sem o qual eles ficariam dispersos, forçados a coexistir pacificamente. As mórbidas inclinações do ser humano nunca serão plenamente suprimidas, e é improvável que um dia se extingam; a sobreposição do Leviatã a Beemot não é uma tarefa única, é uma função a ser desempenhada com diligência para sempre, sem interrupção. O Leviatã é o único remédio contra o domínio (inevitavelmente fugaz, porque autodestrutivo) de Beemot – e por isso é a condição *sine qua non* da continuidade da existência humana sobre a Terra. Citando Thomas Carlyle, Schmitt reduz a condição humana a uma fórmula simples: anarquia mais polícia.

Para expressar tudo isso em idioma moderno: um corpo político está exposto e permanece constantemente sob a ameaça de ser dilacerado por uma força centrífuga de autoafirmação individualista e uma força centrípeta de disciplina imposta pelo Estado e administrada pelo Estado. As duas forças, contudo, são heterogênicas: a primeira é “natural” (não é de escolha humana, mesmo que seja feita por seres humanos), a segunda, “artificial”

(além de ser feita pelo ser humano, também é uma escolha humana). Se compreendermos que o egocentrismo e a agressividade humanos são propensões inatas (biologicamente determinadas), a necessidade de lançar uma força centrípeta integradora para equilibrar suas pressões disruptivas é simples dedução, assim como a conclusão de que essa necessidade não é satisfeita por processos naturais e só pode – deve – ser imposta “a partir de fora”, por meios coercitivos, violentos, se necessário.

A mensagem essencial do *Leviatã* continua até hoje parte integrante e talvez irremovível do senso comum ou da doxa, uma coleção de crenças com que pensamos, mas raramente pensamos nela. O papel primordial do Estado é impor a ordem; fracassar em fazê-lo torna-o “Estado fracassado” (note que um Estado não recebe o estigma de “fracassado” por nenhum outro motivo). Como alcançar esse propósito, essa, todavia, é uma questão contenciosa, como você, Carlo, corretamente indicou.

O *Leviatã* contemporâneo, o Estado moderno, foi definido por Max Weber com referência a seu monopólio dos meios e usos da coerção. Na prática, esse monopólio se reduz ao direito dos órgãos governantes do Estado – como quer que tenham sido escolhidos, se consolidado e legitimado o seu direito de impor disciplina a seus sujeitos – de definir a fronteira entre coerção (violência legítima) e violência (coerção ilegítima): a primeira é desdobrada da “manutenção da lei e da ordem”, tarefa que inclui sobretudo a eliminação da segunda, classificada como atos de violência. Estes são ilegais e, por essa razão, são tidos como ruptura e solapamento da ordem. O direito de estabelecer tal linha de demarcação, dividindo as aplicações de força em atos de coerção legítima e de violência, perdura ao longo da história como a aposta primordial da luta pelo poder (político), bem como o principal atributo – essencialmente indivisível e inalienável – dos detentores do poder; por esse motivo, ele tende a ser, em geral, “essencialmente contestado”.²⁴ A área na cercania dessa fronteira continua a ser um território de invasões reiteradas e, com lamentável frequência, batalhas sangrentas, bem como de surtidas de

reconhecimento quase permanentes para explorar até onde os postos de fronteira podem avançar numa ou em outra direção (questão há pouco trazida à tona por decisões judiciais ardentemente contestadas no estado da Flórida).

Duas fugas do esquema das coisas conforme representado na relação amor-ódio entre Beemot e sua prole e o repressor *Leviatã* – fugas possivelmente seminais – estão ocorrendo neste momento. Uma diz respeito ao modo como o poder de *Leviatã* é exercido, e a segunda aos propósitos que seu exercício busca alcançar.

Joseph Nye distinguiu dois tipos de poder, o “duro” e o “brando”, embora concentre sua atenção nas relações internacionais (ou, de modo mais exato, interestados).²⁵ Em sua forma geral, contudo, o conceito da variedade branda descrito por Nye como “levar os outros a querer os resultados que você quer” – um poder que “coopta as pessoas, em vez de coagi-las” – é plenamente aplicável à nossa área de interesse. De fato, pode-se suspeitar que Nye tenha deduzido a ideia de “poder brando”, que ele recomenda aos líderes norte-americanos praticarem com mais energia do que antes no cenário global (isto é, um poder aplicado em atrair, seduzir e obter a cooperação voluntária de seus objetos humanos, em vez de obrigá-los a fazer o que eles preferem não praticar), de usos já muito mais comuns (ubíquos e diários) desse tipo de estratégia de poder não só por governos que buscam a obediência de seus cidadãos, mas também no mecanismo de reprodução da sociedade de consumo. Você já apontou acertadamente o papel crucial desempenhado, quando os Estados-nação foram confrontados com a tarefa de se legitimar, pela doutrinação ideológica (em particular, pelo estímulo e o reforço de toda uma gama de emoções, de patriotismos sentimentais benignos a extremos chauvinistas de nacionalismo, que resultam na autoidentificação dos cidadãos com o governo de seu país e na aceitação de uma atitude de “servidão voluntária”).

Observe, por favor, contudo, que essa função, administrada e monitorada centralmente por governos durante a era de construção nacional, foi desde então (e com um número crescente de

tarefas outrora guardadas com zelo pelos governos de Estados como propriedade exclusiva e sujeita a seu critério indivisível) “terceirizada” e “contratada” junto às forças de mercado; as quais são muito mais maduras na arte da doutrinação ideológica em sua reencarnação corrente de “produção de demanda” – na verdade, as forças de mercado são reconhecidas mestras na tentação e na sedução. A tarefa de manter motivos patrióticos sempre acessos ou reanimados foi relegada a agências privadas por trás dos espetáculos de aniversário ou de “grandes eventos” (como, bem recentemente, o nascimento de um bebê na terceira posição na linha de sucessão ao trono britânico); são espetáculos encenados para entretenimento de toda a nação, ou estão por trás de outros eventos liberadores de emoção, como as guerras regulares travadas contra estrangeiros e conduzidas por procuradores comerciais em campos de futebol ou quadras de tênis.

No entanto, a mudança para a variedade “branda” de poder a partir da cada vez mais evitada variedade “dura” (que é antiquada e também caríssima, à diferença de sua sucessora, que gera lucros) vai muito além de reformar as maneiras como as funções ortodoxas do Leviatã são manejadas. Já na ocasião de seu memorável estudo *La distinction* (1984),²⁶ Pierre Bourdieu registrou o trânsito decisivo de regulação normativa para sedução, bem como de policiamento para excitação do desejo – e, feitas as contas, de coerção para relações públicas. O foco geral do estudo de Bourdieu foi a prática nova, mas crescentemente disseminada, de escolhas voluntárias, em vez de coerção física ou econômica e pressão psicológica como principais recursos para obter condutas de acordo com intenções e objetivos estabelecidos. A liberdade de escolha, uma predisposição humana indevidamente negligenciada, embora natural, que não requer investimentos de capital, e uma faculdade autopropagadora de indivíduos autoassertivos, se mostrou suscetível de transformar desvantagem em ativo, risco dispendioso em recurso confiável; na contabilidade dos dias atuais, ela tende cada vez mais a ser registrada na coluna de créditos da planilha de cálculo, em vez de figurar entre os débitos, como ocorria sob o regime de “poder duro”.

Um exemplo muito impressionante dessa tendência é o recrutamento de objetos humanos vigiados ou com perspectiva imediata de sê-lo, como agentes não pagos e voluntários de sua própria vigilância. Se os serviços secretos à moda antiga tinham de coletar informações sobre o paradeiro e o *modus operandi* de potenciais “elementos perigosos” que ameaçassem a lei e a ordem, com os préstimos solicitados para proteger com tremendo esforço e enorme custo para os cofres do Estado, hoje eles podem se limitar ao processamento digital de um enorme “banco de dados”; e esse cadastro jamais seria coletado sem a assistência voluntária e entusiástica de todo e qualquer potencial objeto de vigilância. Nós vivemos numa sociedade confessional, na qual, falando metaforicamente, microfones estão posicionados em confessionários, aqueles antigos santuários da privacidade e da intimidade, e conectados a alto-falantes instalados em praças públicas; embora também estejam ligados diretamente aos servidores que armazenam as confissões para uso simultâneo e/ou subsequente por uma quantidade desconhecida de processadores de informação num número desconhecido de agências coletoras de dados, com objetivos próprios, desconhecidos dos fornecedores de informação.

Por razões que tentei elencar em outros escritos, hoje estamos todos ansiosos para fornecer, por nossa própria iniciativa e às nossas próprias expensas, todos os detalhes dos nossos movimentos e ações já empreendidos ou pretendidos – informação que é de imediato acrescentada aos conteúdos dos servidores infinitamente espaçosos da “navegação em nuvem”. O fato de essa informação estar estocada para ser guardada e usada a qualquer tempo contra nossos interesses é hoje um segredo de polichinelo; fato, contudo, que nem diminui nossa dedicação à autoespionagem nem reduz, para não falar em reverter, o fluxo de informação para os arquivos estocados nas agências de segurança do Leviatã.

Permita-me assinalar brevemente outra fuga seminal na relação Leviatã-Beemot. Como na sugestão de Jeremy Bentham, elevada até o nível de teoria geral do poder por Michel Foucault, a

técnica de dominação do Leviatã sobre o endemicamente rebelde Beemot (rebelde, recordemo-nos, pelas predisposições anárquicas dos indivíduos humanos que o compõem) assumiu uma forma “pan-óptica”: a redução máxima da gama de escolhas deixadas aos homens acerca do objeto de regulação normativa e controle comportamental, acoplada à vigilância incessante em nome da punição imediata de todo e qualquer desvio da rotina imposta. Entre as mais bem conhecidas, mais meticulosamente documentadas e mais debatidas manifestações do estilo pan-óptico de dominação e controle estavam as técnicas de medição de tempo e movimento projetadas por Frederick Taylor, ou as esteiras transportadoras da linha de montagem de Henry Ford.

A codificação das técnicas que se combinam na variedade pan-óptica de dominação e controle foi realizada por Max Weber em sua descrição da “burocracia” ideal-típica – um arranjo voltado para garantir a racionalidade das ações e da interação de todos os envolvidos. Esse tipo ideal se concentrava na eliminação, no processo de escolha de opções, de todo e qualquer fator considerado irrelevante para o objetivo ao qual se dedicasse uma dada organização burocrática, em particular de fatores tais como emoções, lealdades individuais, crenças pessoais e valores nutridos pelos empregados. Todas essas medidas resultavam num efeito semelhante àquele esperado do pan-óptico: substituição dos variados motivos e compromissos que guiam as escolhas humanas por uma hierarquia única de super e subordenação, costurada e selada por canais de comunicação eficientes e estritamente unidirecionais – com comandos manados do topo da burocracia para a base e relatórios absorvidos na direção oposta. O modelo ideal para a condução dos assuntos humanos não deixa nenhum espaço para a individualidade, nem para um indivíduo mais complexo e multifacetado que o papel para ele estabelecido na organização.

A nova filosofia e a nova prática gerenciais já não tratam mais esse modelo como ideal. A racionalidade, considera-se agora, não chega a ser uma receita perfeitamente segura de suces-

so no mundo líquido moderno de contingências, volatilidade, fluidez, incerteza endêmica e alto risco. Examinar extensões de oportunidades vastas e sem fronteiras, que sempre mudam de tamanho e conteúdo e são conhecidas por seu hábito desconcertante de surgir com pouco ou nenhum aviso e de escapar ou desaparecer se não forem logo agarradas – num exame norteado por intuição, impulso e audácia, em vez de estudos de profundidade prolongados e sistemáticos –, parece muito mais promissor.

Apegar-se às regras, seguir critérios estabelecidos e restringir a visão ao campo estreito, delimitado e cercado definido a priori como “relevante para a tarefa”, por outro lado, parece uma receita perfeita para o desastre. Se o saber da administração burocrática ortodoxa, que se fiava na estabilidade e na continuidade do ambiente e se apoiava, de modo correspondente, na produção e estrita observância de rotinas, pedia aprendizado e memorização, o saber da nova administração, que tem consciência de operar em circunstâncias voláteis e em essência imprevisíveis, pede questionamento perpétuo do conhecimento recebido, rejeição de rotinas, irregularidade e esquecimento. Iniciativa, imaginação, novidade e ousadia são as virtudes atuais. Que voltem a variedade e a peculiaridade do exílio ao qual a busca da racionalidade as sentenciou! Quanto a seus antônimos, uniformidade e conformidade, eles não são mais bem-vindos – é a vez deles de procurar o exílio.

Num tal ambiente, peculiaridades pessoais, incluindo idiosincrasias bizarras e inclassificáveis outrora banidas do escritório e que tiveram de ser deixadas no bengaleiro na entrada do prédio, passam a ser vistas como a mais preciosa das vantagens e o capital mais promissor e lucrativo. A busca de sucesso exige que elas sejam nutridas, não combatidas nem sufocadas. Asas devem ser abertas com mais envergadura, não cortadas. Já não são mais empregados e funcionários que seguem regras e realizam os gestos procurados, mas indivíduos autocontrolados, autônomos, autoconfiantes, impetuosos e não convencionais. O fenômeno da “individualidade”, outrora visto com contrariedade e des-

confiança, com uma mistura de menosprezo e medo, e, feitas as contas, tratado com suspeição, como ameaça à ordem das coisas, tem hoje novo lar na família dos recursos mais desejáveis e das mais louváveis e invejáveis qualidades. Na economia e no Estado, assim como na política da vida no cenário líquido moderno, a individualidade substitui a ordem, e a individualização demite a ordenação da agenda dos objetivos mais elevados e da lista dos interesses supremos.

É de se perguntar até que ponto a imagem hobbesiana de Leviatã versus Beemot conservou seu valor. Afinal, um atributo maior, quase definidor, imputado a Beemot era de ser um criador de desordem, agressão e anarquia, todas oriundas da natureza rebelde e egoísta dos seres humanos em sua condição de indivíduos, e não unidades ocupando o lugar designado num todo estruturado e hierarquicamente organizado e gerido (comunidade/sociedade, nação, Estado); ao passo que o atributo maior e definidor conferido a Leviatã era a missão e o seu engajamento cotidiano em submeter e manter sob controle o caos sempre emanante do conjunto de Beemot. No mais simples dos termos, a vocação e a *raison d'être* de Leviatã era a supressão da individualidade engendrada por Beemot.

E deixe-me mencionar brevemente mais uma fuga decisiva que sugere repensar a natureza da oposição Leviatã versus Beemot, ou Estado versus sociedade que a alegoria simboliza.

Em *A crise de legitimação no capitalismo tardio*, estudo publicado em 1973, no crepúsculo da sociedade de produtores, quando os primeiros sinais da aurora iminente da sociedade de consumo estavam despontando, célebre e memoravelmente Jürgen Habermas caracterizou o Estado capitalista como vocacionado para a reprodução contínua dos elementos essenciais com os quais a sociedade capitalista é construída e sempre reabastecida e revigorada no curso de sua autorreprodução.²⁷ Os blocos de construção essenciais são os encontros (regulares) entre capital e trabalho, que culminam na transação de comprar e vender. A função primordial do Estado capitalista, assevera Habermas – a

função que faz dele um Estado *capitalista* (que serve à reprodução da sociedade em sua forma capitalista) –, é assegurar as condições necessárias para que tais encontros continuem a ocorrer. E as duas condições estreitamente conectadas que devem ser satisfeitas para eles acontecerem com regularidade e alcançarem seu propósito são que o capital seja capaz de pagar o preço do trabalho e que o trabalho posto à venda se encontre em condições adequadas para tornar a compra atraente para os capitalistas – seus compradores potenciais.

Hoje, porém, no fundo da sociedade de consumo, parece que a função do Estado capitalista é prover um “bloco de construção essencial” em tudo diferente do edifício capitalista, o qual há pouco substituiu seu predecessor, como descreve Habermas: o encontro do comprador com a mercadoria. As condições para a transação de compra/venda ocorrer com regularidade e frequência suficiente agora consistem em garantir que o comprador esteja em posição de pagar o preço da mercadoria oferecida, enquanto a mercadoria seja atraente o bastante para se candidatar àquele preço.